

RELATÓRIO
SOMBRA SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO
DO ODS 16.10.1 NA
AMÉRICA LATINA

2022





RELATÓRIO SOMBRA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ODS 16.10.1 NA AMÉRICA LATINA 2022

Coordenação

Chloe Zoeller
Thomas Burt

Edição

Enrique Gasteazoro

Pesquisa e análise

Miguel Gómez

Processamento de dados

DMA Analytics

Diagramação e design

Betzy Flores

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial- Compartilhável 4.0 Internacional. Você pode adaptar e compartilhar o material sob a mesma licença, citando a fonte original.

Esta publicação foi possível graças ao apoio da Pan American Development Foundation (PADF). O conteúdo do relatório é de responsabilidade de seus autores e não representa os pontos de vista da organização.

Voces del Sur é uma rede de 17 organizações da sociedade civil que monitora, analisa e informa o estado da liberdade de expressão, liberdade de imprensa e direito de acesso à informação na América Latina, com o objetivo de defender e promover esses direitos fundamentais.

Argentina

Fórum de Jornalismo Argentino (FOPEA)

Brasil

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI)

Bolívia

Associação Nacional de Imprensa da Bolívia (ANP)

Colômbia

Fundação para a Liberdade de Imprensa (FLIP)

Costa Rica

Instituto de Imprensa e Liberdade de Expressão (IPLEX)

Cuba

Instituto Cubano de Liberdade de Expressão e Imprensa (ICLEP)

Chile

Observatório do Direito à Comunicação (ODC)

Equador

Fundação Andina para a Observação e Estudo de Mídia (FUNDAMEDIOS)

El Salvador

Associação de Jornalistas de El Salvador (APES)

Guatemala

Instituto Centro-Americano de Estudos para a Democracia Social (DEMOS)

Honduras

Comitê pela Liberdade de Expressão (C-LIBRE)

México

ARTICLE 19 México e América Central (ARTICLE 19)

Nicarágua

Fundação pela Liberdade de Expressão e Democracia (FLED)

Paraguai

Instituto de Direito e Economia Ambiental (IDEA)

Peru

Instituto de Imprensa e Sociedade (IPYS)

Venezuela

Instituto de Imprensa e Sociedade (IPYS)

Uruguai

Centro de Arquivos e Acesso à Informação (CAINFO)



<http://www.vocesdelsurunidas.org/>



<https://twitter.com/VDSorg>



<https://www.facebook.com/VDSorg>



<https://www.instagram.com/vdsorg>

ÍNDICE

Resumo Executivo	4
Introdução	5
Metodologia	6
Análise Regional	9
Argentina	18
Bolívia	20
Brasil	22
Colômbia	24
Costa Rica	26
Cuba	28
Equador	30
El Salvador	32
Guatemala	34
Honduras	36
México	38
Nicarágua	40
Paraguai	42
Peru	44
Uruguai	46
Venezuela	48
Conclusões e Recomendações	50
References	52

RESUMO EXECUTIVO



Em 2022, a Rede Voces del Sur completa 5 anos monitorando e reportando sobre a situação da liberdade de expressão na região. Ao longo deste tempo, o esforço de supervisão conjunto da Rede permitiu a construção de um registro mais amplo, abrangente e metodologicamente robusto sobre as violações à liberdade de expressão, liberdade de imprensa e acesso à informação na América Latina. A sistematização e análise dos dados deste ano demonstram que 2022 foi o ano mais violento para a imprensa na região latino-americana desde a criação da Rede em 2018. Os dados agregados dos últimos cinco anos confirmam a deterioração das liberdades fundamentais na região e apontam dez perigosas tendências que continuam ameaçando o exercício da atividade jornalística na América Latina; mas também permitem extrair cinco valiosas lições que apontam na direção correta.

Nesses cinco anos, uma das contribuições mais importantes da Rede VDS foi tornar visível, através dos dados, e estabelecer conexões entre diferentes tipos e padrões de violência, e como estes afetam de forma diferenciada as mulheres jornalistas e outras pessoas jornalistas em situações de vulnerabilidade e exclusão. À medida que a Rede se expande e aprimora sua metodologia, aumenta a capacidade dos dados para trazer conhecimentos que possam transformar a defesa e a promoção das liberdades fundamentais na região e, assim, contribuir para a construção de sociedades mais democráticas, justas, pacíficas e inclusivas na América Latina.

INTRODUÇÃO

Voces del Sur: Cinco anos monitorando a liberdade de expressão na América Latina

A Rede Voces del Sur (VDS) é uma iniciativa regional composta por 17 organizações da sociedade civil (OSC) que trabalham na defesa e promoção da liberdade de expressão, liberdade de imprensa e acesso à informação na América Latina. Desde 2018, a Rede VDS monitora agressões contra esses direitos com base no indicador 16.10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Anualmente, a Rede VDS elabora e apresenta o “Relatório Sombra”, paralelo às informações apresentadas – ou omitidas – pelos governos da América Latina, complementando, contrastando e enriquecendo os relatórios e estatísticas oficiais. Este é o quinto Relatório Sombra publicado pela Rede VDS. Desde o seu início, a Rede VDS e o alcance do Relatório Sombra foram duplicados, passando a abranger de oito países em 2018 a 16 países em 2022. Em 2023, com a adição do Chile, a Rede VDS cobrirá 17 países da região.

Ao longo desses cinco anos, o esforço de monitoramento conjunto da Rede VDS permitiu a construção do registro mais amplo, integral e metodologicamente robusto sobre violações à liberdade de expressão, liberdade de imprensa e acesso à informação na América Latina. A coleta e o processamento de dados alcançados permitem avaliar de forma independente as tendências, os sucessos e as dificuldades no cumprimento do ODS 16.10 e contribuir para a busca de soluções. Orientam a análise de políticas públicas e oferecem evidências empíricas para mobilizar esforços que contribuam para a consolidação de sociedades mais democráticas, justas, pacíficas e inclusivas na região.



<https://unsplash.com/es/fotos/ZI3n0D0gcfA>

METODOLOGIA

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16:

Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas



Meta 16.10: Garantir o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, de acordo com as leis nacionais e os acordos internacionais

Indicador 16.10.1: Número de casos verificados de assassinato, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, membros associados dos meios de comunicação, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses

Informação e dados contidos neste Relatório Sombra são provenientes do monitoramento realizado pelas OSCs que compõem a Rede VDS em seus respectivos países. As organizações parceiras relatam “alertas” de violações às liberdades fundamentais usando uma metodologia construída com base no indicador 16.10.1 dos ODS. Além de ser consensual entre as organizações da Rede, a metodologia de monitoramento segue as diretrizes do Grupo Interinstitucional e de Especialistas sobre Indicadores de ODS (IAEG-SDG, em inglês), foi apresentada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para consulta e foi refinada ao longo de cinco anos de implementação nessa área.

Os alertas emitidos são classificados de acordo com 13 indicadores regionais comuns, mais um indicador transversal de gênero. Dado que pode haver mais de uma vítima identificada em um mesmo alerta, os indicadores consideram cada vítima separadamente. Os alertas registrados são ordenados seguindo a regra do “crime mais grave”: se um incidente incorporar elementos de mais de uma categoria, é codificado na mais alta. Por fim, os indicadores consideram exclusivamente os atos que são consequência do exercício da profissão jornalística ou com o objetivo de obstruir, censurar ou afetar negativamente o trabalho jornalístico.

INDICADORES VDS



1. ASSASSINATO: Homicídio intencional de jornalista



2. SEQUESTRO: Subtração e retenção ilícita, contra a vontade, de uma ou várias pessoas que exercem o jornalismo



3. DESAPARECIMENTO FORÇADO: Detenções ou qualquer outra forma de privação de liberdade de jornalistas que sejam obra de agentes governamentais, ou grupos ou pessoas que atuam em nome ou com apoio do Estado, e que se recusam a revelar a sorte ou o paradeiro ou a reconhecer que estão privadas da liberdade



4. DETENÇÃO ARBITRÁRIA: Prisão, retenção ou detenção de jornalista sem um julgamento justo ou sem base legal que justifique a privação da liberdade



5. TORTURA: Ato pelo qual se inflige intencionalmente a jornalista dores, intimidações, coações ou sofrimentos graves, sejam físicos ou mentais



6. AGRESSÕES E ATAQUES: Ações violentas, intimidantes ou limitantes, que podem ser físicas ou verbais, contra jornalistas ou meios de comunicação



7. DISCURSO ESTIGMATIZANTE: Ataques, geralmente verbais, realizados publicamente com o objetivo de desacreditar e desprestigiar uma ou várias pessoas que são jornalistas ou um meio de comunicação



8. VIOLÊNCIA SEXUAL: Atos, tentativas, comentários ou insinuações sexuais não desejadas, tanto em espaços físicos como digitais



9. PROCESSOS CÍVEIS E PROCESSOS PENAIS: Julgamento de ação privada ou pública em que as consequências podem incluir multas, prisão, entre outros



10. RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO: Obstrução ao acesso a informações de interesse público ou fatos noticiosos



11. USO ABUSIVO DO PODER ESTATAL: Ações planejadas, propostas e executadas pelo Estado que, abusando de sua condição de poder, impõe-se contra os padrões internacionais de liberdade de imprensa e expressão, prejudicando economicamente os meios de comunicação, jornalistas ou impedindo o exercício de seu trabalho



12. ESTRUTURA LEGAL CONTRÁRIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IMPRENSA: Proposta e/ou aprovação de normas, incluindo leis, decretos, regulamentações, resoluções, ordenamentos e/ou regulamentos, que restringem a liberdade de imprensa, expressão e acesso à informação e/ou que gerem censura



13. RESTRIÇÕES NA INTERNET: Impedimento e/ou limitação à liberdade de expressão e imprensa na rede por meio de estratégias que limitam o uso da rede para publicar ou acessar informações



ALERTA DE GÊNERO (TRANSVERSAL): Avalia se o motivo por trás de um ataque ou violação está relacionado ao sexo, identidade de gênero, expressão de gênero e/ou orientação sexual da vítima



Gênero e Inclusão

A Rede VDS incorporou a sua metodologia um indicador transversal de gênero para documentar as ameaças e ataques diferenciados contra mulheres jornalistas ou jornalistas com diversidade sexual. O “Alerta de Gênero” é emitido quando uma violação à liberdade de expressão contém elementos de discriminação baseada em gênero, bem como aspectos físicos, sexualidade, expressão de gênero, identidade de gênero ou orientação sexual de jornalistas. Além disso, neste ano, a Rede VDS projetou um novo indicador de “Violência Sexual” para dar maior visibilidade às formas diferenciadas de violência que as mulheres jornalistas e jornalistas pertencentes à diversidade sexual experimentam.

Limitações Metodológicas














A metodologia foi desenvolvida através de uma troca de experiências entre as organizações parceiras da Rede VDS. Está em constante revisão e melhoria com base nas aprendizagens de cada implementação e nas experiências dos membros. Ainda assim, a metodologia apresenta algumas limitações.

Primeiramente, embora a definição do Indicador 16.10.1 incluía “sindicalistas e defensores dos direitos humanos”, a Rede VDS, por sua natureza, concentra-se exclusivamente em jornalistas. Em segundo lugar, o monitoramento do ODS 16.10.1 depende da capacidade de monitoramento, documentação e informe das OSC em nível nacional. Portanto, existe o potencial de sub-registro de agressões. No encerramento deste relatório, existem alertas que ainda estão em processo de validação por algumas organizações; portanto, não foram incluídos na análise, o que significa que os números reais podem ser maiores. Além disso, o efeito intimidatório e de autocensura que tende a gerar atos de violência implica que muitos casos não são denunciados por medo de retaliação. Os parceiros da Rede VDS estão em diferentes estágios de adaptação e aprendizagem sobre o indicador transversal de gênero, o que sugere que há um sub-registro dessas violências. Por fim, os alertas são documentados e sistematizados pelos parceiros usando seu próprio sistema de monitoramento, adaptado às realidades de seu contexto. Para fins do Relatório Sombra, os registros locais são reduzidos a 13 indicadores comuns mais o indicador transversal de gênero. Essa redução facilita a análise comparativa regional, mas também pode gerar discrepâncias entre os dados deste relatório e aqueles relatados pelas organizações localmente.

ANÁLISE REGIONAL

México, América Central e Caribe

Dados 2022

	México	Guatemala	El Salvador	Honduras	Nicarágua	Costa Rica	Cuba
INDICADORES	696	33	59	120	703	11	508
 Assassinato	15	1		5			
 Sequestro	2						
 Desaparecimento forçado				1			
 Detenção arbitrária	8	2	4	2	6		211
 Tortura							
 Agressões e ataques	404	10	12	76	160		109
 Discurso estigmatizante	107	3	12		15	9	
 Violência sexual		1					
 Processos civis e penais		3		20	9		
 Restrições no acesso à informação	68	2	6	5	5	1	
 Uso abusivo do poder do Estado	44	11	6	8	497	1	39
 Marco jurídico contrário aos padrões				1			
 Restrições na internet	48		19	2	11		149

ANÁLISE REGIONAL

México, América Central e Caribe

Dados 2022



	México	Guatemala	El Salvador	Honduras	Nicarágua	Costa Rica	Cuba
	34	11	2	7	1	1	-

VÍTIMAS

	México	Guatemala	El Salvador	Honduras	Nicarágua	Costa Rica	Cuba
	696	33	59	120	703	11	508
Homens	450	16	13	57	47	3	281
Mulheres	178	10	15	16	39	2	214
Não disponível	68	7	31	41	617	6	13
Não binário				6			














AGRESSORES

	México	Guatemala	El Salvador	Honduras	Nicarágua	Costa Rica	Cuba
	696	33	59	120	703	11	508
Estatal	328	27	27	58	618	6	504
Grupos à margem da lei	86		9	18			
Não estatal	118	1	23	21	9	5	
Não identificado	164	4		15	73		4
Paraestatal		1		8	3		

ANÁLISE REGIONAL

América do Sul – Dados 2022



	Colômbia	Venezuela	Equador	Peru	Brasil	Bolívia	Argentina	Uruguai	Paraguai
INDICADORES	657	367	429	101	791	138	62	54	26
 Assassinato	2	1	4		2				1
 Sequestro			4	3					
 Desaparecimento forçado		1	1						
 Detenção arbitrária	6	2	4	1		2	2		
 Tortura									
 Agressões e ataques	406	55	266	59	271	77	29	8	11
 Discurso estigmatizante	70	62	58	2	460	3	9	19	2
 Violência sexual	2		3	1	7				6
 Processos civis e penais	31	27	17	8	15	24	13	11	6
 Restrições no acesso à informação	108	43	43	13	16	12	5	7	
 Uso abusivo do poder do Estado	6	149	10	9	4	16		2	
 Marco jurídico contrário aos padrões			2	3		3	3	1	
 Restrições na internet	26	27	17	2	16	1	1	6	

ANÁLISE REGIONAL

América do Sul – Dados 2022



Colômbia	Venezuela	Equador	Peru	Brasil	Bolívia	Argentina	Uruguai	Paraguai
24	2	30	2	54	1	1	3	9

VÍTIMAS

Homens
Mulheres
Não disponível
Não binário

Colômbia	Venezuela	Equador	Peru	Brasil	Bolívia	Argentina	Uruguai	Paraguai
657	367	429	101	791	138	62	54	26
454	123	199	50	264	68	32	18	13
121	75	80	19	158	12	12	6	12
82	169	150	32	369	58	18	30	1

AGRESSORES

Estatal
Grupos à margem da lei
Não estatal
Não identificado
Paraestatal

Colômbia	Venezuela	Equador	Peru	Brasil	Bolívia	Argentina	Uruguai	Paraguai
657	367	429	101	791	138	62	54	26
192	193	100	42	427	54	35	36	8
112	3			4	9	8		
188	88	283	47	135	35	9	12	10
165	83	46	7	225	32	8	6	8
			5		8	2		

Contexto e Tendências

O ano de 2022 foi o mais violento para a imprensa nos últimos cinco anos de monitoramento da Rede VDS. Ao longo de 2022, as organizações da rede registraram 31 assassinatos de jornalistas, perpetrados em claro vínculo ao exercício de sua função. Além disso, a rede registrou milhares de agressões físicas e verbais e centenas de casos de uso abusivo do poder estatal. Também houve múltiplos processos judiciais abusivos e restrições de acesso à informação. A imensa maioria dos crimes cometidos contra jornalistas continua impune e os mecanismos de justiça, segurança e proteção existentes mostra graves deficiências que limitam seu alcance e impacto. Em vez de oferecer soluções, as instituições encarregadas de garantir as liberdades de expressão, de imprensa e de acesso à informação na região se destacam por suas deficiências: não são efetivas, não são confiáveis e não conseguiram melhorar estruturalmente a situação de segurança dos jornalistas na América Latina. O conluio entre instituições públicas corruptas e protagonistas poderosos perpetua a impunidade e serve para criminalizar o trabalho da imprensa, ameaçar e intimidar jornalistas e sufocar as vozes críticas. Este ano, os alertas documentados e relatados pela Rede VDS permitem identificar dez tendências principais.

1. O recrudescimento da violência

Em 2022, os três países mais letais para a imprensa na região foram México, Honduras e Equador. Os assassinatos de jornalistas tiveram um aumento alarmante no México, passando de seis casos relatados em 2020 para nove casos em 2021 e 15 em 2022. Nos últimos três anos, pelo menos 30 jornalistas foram assassinados nesse país. Honduras, com cinco assassinatos registrados, é o segundo país mais letal em 2022 para jornalistas na região. Ao longo de cinco anos de monitoramento desde 2018, a Rede VDS registrou 19 assassinatos de jornalistas no país. O ano de 2022 também foi extremamente violento para a imprensa no

Equador; a Rede VDS documentou o assassinato de quatro jornalistas, elevando o total para dez assassinatos nos últimos cinco anos.

Além da violência letal, foram registrados 1.953 agressões e ataques contra jornalistas na região na forma de atentados, agressões físicas, ataques à infraestrutura, destruição de equipamentos e ameaças de morte, entre outras. Finalmente, em 2022, foram registrados 20 casos sob o novo indicador de violência sexual. É importante reconhecer que esse tipo de violência – definido como um ato, tentativa ou insinuação sexual não desejada – afeta desproporcionalmente as mulheres jornalistas e jornalistas pertencentes à diversidade sexual.

2. A violência aumenta em meio a protestos

Em 2022, a imprensa na Bolívia, Brasil, Equador e Peru sofreu graves ataques e agressões no contexto de convulsões sociais. Na Bolívia, os jornalistas foram alvos de ataques diretos e seletivos durante a onda de protestos que paralisou o departamento de Santa Cruz por mais de um mês, diante das demandas da população dessa província por maior representação legislativa. As pessoas jornalistas foram violentadas por forças policiais e grupos de choque ligados ao oficialismo. No final do ano, no Peru, o confronto com a imprensa atingiu seu ponto mais alto durante os protestos desencadeados após o golpe de Estado do presidente Pedro Castillo. O executivo tentou dissolver os poderes paralelos para impedir sua própria destituição, provocando levantes em todo o país, durante os quais a imprensa foi vítima direta da violência. Da mesma forma, no Equador, a maioria das agressões contra jornalistas foi cometida por manifestantes durante a greve nacional em junho. Também no Brasil, depois da derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, seus seguidores iniciaram uma onda de protestos rejeitando o resultado das eleições. Houve numerosos casos de agressões verbais, assédio, agressões físicas e destruição de equipamentos de jornalistas que cobriam esses eventos.

3. A estigmatização incita mais violência

A Rede VDS registrou 831 alertas por discurso estigmatizante em 2022, o que representa mais de 17% do total de alertas na região. Em 2018 e 2019, o discurso estigmatizante representava cerca de 5% do total de alertas registrados. Ao longo de 2020, chegou a 10% do total e, em 2021, a quase 15%, o que demonstra que o problema tem se agravado. Os discursos que estigmatizam a imprensa corroem o sistema democrático e fomentam um clima de autocensura. O perigo aumenta quando provém das altas esferas políticas, já que contribuem para um ambiente permissivo para outras formas de violência direta e estrutural contra jornalistas.

Os dados sugerem uma correlação entre o aumento da violência retórica e outras formas de violência. Embora seja difícil estabelecer uma relação causal entre essas variáveis, a estigmatização contra a imprensa é um problema onipresente e costuma coincidir com outros tipos de violência, por exemplo, a violência física direta exercida contra jornalistas por simpatizantes políticos, bem como a violência estrutural exercida por instituições do Estado. Brasil, Venezuela, México, Colômbia e Equador apresentam altíssimos níveis de estigmatização e, ao mesmo tempo, são alguns dos países mais perigosos da região para o exercício jornalístico. A deterioração da situação das liberdades de expressão, imprensa e acesso à informação na Argentina, Peru e Uruguai também tem sido marcada pelo aumento da estigmatização. Na Costa Rica, um país conhecido por sua cultura de paz e democracia, onde a Rede VDS realizou o monitoramento pela primeira vez em 2022, o discurso estigmatizante representou 82% dos alertas.

4. O Estado como o principal agressor

Os dados de 2022 são contundentes: o Estado é o principal responsável pelas violações às liberdades de expressão, de imprensa e de acesso à informação na América Latina. Agentes estatais e paraestatais são os principais agressores num total de 56% dos

casos na região. Na Nicarágua, esse percentual chega a 88% e, em Cuba, a 99%. Essa tendência tem flutuado regionalmente, mas tem se mantido acima da maioria absoluta constantemente durante os cinco anos de monitoramento da Rede VDS: 55% em 2018, 75% em 2019, 59% em 2020 e 72% em 2021.

5. A crescente ameaça do crime organizado

O aumento da violência e especificamente da violência letal também reflete a penetração e o fortalecimento de grupos do crime organizado ligados ao narcotráfico e com influência nas estruturas governamentais da região, sobretudo nas instituições públicas de nível local. Este ano, 5% dos alertas na região identificaram o crime organizado como responsável. Na Colômbia, o crime organizado é responsável por quase 20% dos alertas emitidos, a maioria dos quais foram registrados em meio a um “bloqueio armado” pelo qual grupos armados ilegais interromperam vias, impuseram restrições de mobilidade e obrigaram ao fechamento de atividades cotidianas através do uso da força. Também no México, Honduras, Equador, Bolívia e Argentina tem sido reportado um preocupante aumento das violações à liberdade de expressão e imprensa provenientes de grupos do crime organizado. Essa é uma tendência extremamente preocupante em uma região historicamente marcada pela violência armada e pelo desmantelamento das instituições democráticas.

6. A inadequação dos mecanismos de proteção existentes

Em 2022, o IDEA relatou o assassinato do jornalista Humberto Coronel no Paraguai. Ele estava investigando corrupção e crime organizado na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero. Meses antes, Coronel e seu colega Gustavo Báez haviam denunciado ameaças. No entanto, por desconfiança nas instituições públicas, eles recusaram a proteção policial em suas casas. Na Colômbia, Rafael Moreno, um jornalista

assassinado em 2022, já contava com medidas de segurança atribuídas pelo Estado, enquanto Wilder Córdoba, o segundo jornalista assassinado no mesmo ano no país, nunca solicitou medidas de proteção, apesar de ter recebido ameaças contra sua vida.

As medidas inadequadas de proteção no caso de Moreno e a falta de confiança em tais medidas por Córdoba e Coronel são um lembrete trágico da necessidade de fortalecer os mecanismos de proteção existentes. As medidas reativas e militarizadas não melhoraram substancialmente a situação de segurança dos jornalistas e devem estar acompanhadas de estratégias preventivas e articuladas entre autoridades, organizações da sociedade civil e jornalistas.

É importante reconhecer onde já houve avanços e evitar retrocessos em termos de políticas de proteção. Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, México e Paraguai já possuem algum sistema de proteção para jornalistas que, apesar de suas limitações, podem contribuir para prevenir casos de violência, diminuir os níveis de risco e combater a impunidade que cerca os crimes contra a imprensa. Embora esses sistemas não sejam eficazes e muitas vezes careçam de autonomia e recursos para operar, a resposta não deve ser eliminá-los, mas sim reforçá-los.

7. O abuso do poder estatal

Em vez de promover e defender a liberdade de expressão e imprensa, as instituições públicas na região são, muitas vezes, instrumentalizadas para perseguir o jornalismo crítico. Grupos de poder político e econômico influenciam o Estado para limitar a cobertura de interesse público e sufocar e silenciar a mídia. Em 2022, a Rede VDS documentou 802 alertas por uso abusivo do poder estatal, 334 alertas por restrições no acesso à informação e 250 detenções arbitrárias. Essa situação é especialmente severa em regimes autoritários como Cuba, Nicarágua e Venezuela, onde jornalistas enfrentam detenções arbitrárias, processos judiciais manipulados e o uso de

instituições públicas reguladoras para perseguir o jornalismo crítico. O uso das fiscalizações e forças policiais contra o jornalismo independente tem sido constante nesses regimes. Em 2022, a Rede reportou 211 detenções arbitrárias em Cuba. Na Nicarágua, o monitoramento documentou a prisão de nove jornalistas, o fechamento arbitrário de mais de 30 meios de comunicação e um total de 497 alertas por uso abusivo do poder estatal.

8. As leis e o sistema de justiça como instrumentos para silenciar

A Rede VDS documentou 184 processos judiciais cíveis e penais e 13 alertas por legislações contrárias aos padrões internacionais em 2022. Em El Salvador, o presidente Nayib Bukele desencadeou uma máquina de assédio, vigilância e espionagem projetada para silenciar vozes críticas a seu governo. Ele praticamente institucionalizou, por meio de decreto presidencial, um regime de exceção que suspende as liberdades fundamentais de um Estado democrático. Por sua vez, na Guatemala, observa-se a judicialização e posterior detenção de José Rubén Zamora, presidente do jornal El Periódico, sob acusações de chantagem, tráfico de influência, lavagem de dinheiro e conspiração. Na Argentina, embora os casos contra jornalistas sejam cíveis e não penais, a Justiça continua sendo instrumentalizada para esgotar física, mental e financeiramente os profissionais de imprensa. Também no Brasil, políticos e pessoas influentes permanecem se utilizando do sistema judicial para censurar publicações e obstruir o trabalho dos jornalistas através de processos judiciais cíveis e penais. No Uruguai, tem havido uma tendência preocupante de processos legais contra jornalistas e profissionais de mídia.

Em termos de legislação contra a liberdade de expressão e de imprensa, o projeto de “Lei de fiscalização, regularização, atuação e financiamento das organizações não governamentais e afins”, aprovado em primeira discussão pelo parlamento venezuelano, é semelhante a legislações regressivas impostas na Nicarágua e em Cuba. Essas leis buscam restringir o direito humano à liberdade

de associação e fechar o espaço cívico, retaliando qualquer forma associativa autônoma da sociedade e facilitando a cooptação do tecido social.

9. Impunidade

Os perpetradores de crimes contra jornalistas na região quase sempre permanecem impunes e as vítimas, sem reparação. De acordo com o C-libre, entre 2001 e 2022, pelo menos 96 jornalistas foram assassinados em Honduras, enquanto apenas 10% dos casos foram julgados. No México, a ARTICLE 19 registrou uma taxa de impunidade de 98% nos crimes contra jornalistas desde 2007. A Associação Nacional de Imprensa da Bolívia relata que, desde o início do registro de agressões a jornalistas em 2008, nenhum crime contra jornalistas foi processado pela Justiça. No caso do Equador, não houve avanços significativos nas investigações dos crimes contra jornalistas cometidos em 2022 e os assassinatos de oito jornalistas ocorridos em anos anteriores continuam impunes. A incapacidade dos Estados da região de responder à violência contra jornalistas demonstra a falta de compromisso em garantir a segurança dos jornalistas, bem como a vulnerabilidade absoluta do jornalismo independente diante de atores violentos, sejam eles estatais, paramilitares, do crime organizado ou outros.

10. Autocensura e exílio

Os ataques contra a imprensa geram um efeito de autocensura que compromete o papel essencial de supervisão, fiscalização e controle promovido

pelos meios de comunicação na sociedade. Em Cuba, Nicarágua, Venezuela, Guatemala e El Salvador, o futuro do jornalismo corre perigo porque jornalistas e comunicadores independentes tiveram que se exilar devido à perseguição, repressão e vigilância. Em Cuba, o ICLEP documentou o exílio de pelo menos 90 jornalistas e comunicadores em 2022. Também na Nicarágua, devido à violência, agressividade e hostilidade governamental contra a imprensa, a FLED documentou o exílio de cerca de 120 jornalistas e comunicadores. Na Venezuela, além do exílio, as contínuas agressões à imprensa têm provocado um aumento significativo da autocensura. Na pesquisa intitulada “A orquestração do silêncio”, o IPYS Venezuela (2021) detalhou que 54% dos profissionais de comunicação disseram ter omitido informações de interesse público por medo de represálias das autoridades governamentais. No Equador, devido ao aumento da violência, já estão surgindo “zonas silenciadas” ou desertos midiáticos, onde as equipes de imprensa não entram por medo de serem atacadas. Os climas de repressão autoritária e violência levam os jornalistas a optar pelo silêncio, reduzindo a forma rigorosa de sua supervisão sobre os atores que reprimem as liberdades fundamentais em suas respectivas sociedades.



Gênero e Inclusão

Os 20 casos de violência sexual e os 182 alertas de gênero relatados em 2022 demonstram os efeitos diferenciados da violência contra jornalistas mulheres e LGBTQIA+. Esses números destacam a importância de adotar medidas de segurança e proteção com uma perspectiva de gênero na região. As jornalistas mulheres são afetadas de forma diferente de seus colegas homens. As ameaças de morte e as agressões e ataques são predominantes no caso dos homens. Por sua vez, no caso das mulheres, predominam ameaças ao ambiente familiar, especialmente aos filhos, ou envolvem outras áreas de suas vidas, como a aparência física ou a orientação sexual. As jornalistas mulheres lidam com ameaças específicas que restringem seu trabalho e afetam desproporcionalmente o exercício de seu direito à liberdade de expressão: desigualdade no ambiente de trabalho, comentários sexistas e misóginos e violência sexual. A falta de proteção das jornalistas mulheres diante desses tipos de violência e as deficiências nos mecanismos para responder a esses crimes impedem que as violações aos direitos fundamentais das jornalistas mulheres sejam adequadamente atendidas.

Assim como as jornalistas mulheres enfrentam ameaças e desafios específicos de sua condição de mulher, as pessoas indígenas e afrodescendentes também enfrentam formas de violência diferenciadas, especialmente discriminação com base em sua origem étnico-linguística. Quando essas vulnerabilidades se intersectam, como ser mulher e indígena, os problemas se agravam, especialmente em uma região multiétnica como a América Latina. A baixa quantidade de alertas de gênero relatados em países como Cuba, Nicarágua e Venezuela parece indicar que os riscos específicos enfrentados pelas jornalistas mulheres tendem a ser invisibilizados em contextos altamente repressivos. A grande quantidade de casos identificados no Brasil, Equador e México tem sido possível de registrar em parte porque a organização tem se concentrado e fortalecido suas capacidades para identificar padrões diferenciados de violência que jornalistas homens, mulheres e não binários experimentam.

ARGENTINA

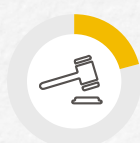
Dados 2022

62 Alertas

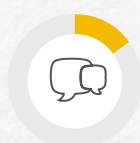
INDICADORES



29
Agressões e ataques



13
Processos cíveis e penais



9
Discurso estigmatizante



5
Restrições ao acesso à informação



3
Marco jurídico contrário aos padrões



2
Detenção arbitrária



1
Restrições na internet

1 Alertas de gênero

VÍTIMAS

Mulheres

12



Homens

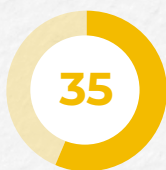
32



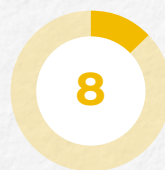
Não disponível

18

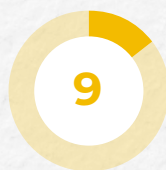
AGRESSORES



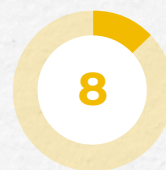
Estatal



Grupos à margem da lei



Não estatal



Não identificado



Paraestatal

Contexto e Tendências

Em 2022, a situação da liberdade de expressão e de imprensa na Argentina foi caracterizada pelo recrudescimento dos ataques à imprensa. Um fato que marcou o ano foi o atentado contra a vice-presidente Cristina Kirchner, o que exacerbou a polarização política na Argentina. Nas redes sociais, mensagens que indicavam que a notícia estava “preparada” ou que o atentado havia sido “uma montagem” viralizaram. Por sua vez, o kirchnerismo, desde o próprio presidente Alberto Fernández até membros de seu gabinete, acusaram os meios de comunicação de agitar a violência contra a vice-presidente por meio de “discursos de ódio”. Nesse contexto, o FOPEA relatou 29 alertas por agressões e ataques e nove por discurso estigmatizante.

Embora na Argentina o principal agressor continue sendo o Estado em 57% dos casos, o FOPEA relatou – pela primeira vez em cinco anos – ataques provenientes de grupos vinculados ao narcotráfico e ao crime organizado. Em relatórios anteriores, a delicada situação na cidade de Rosario havia sido apontada. No entanto, 2022 parece marcar um ponto de inflexão. Em seu monitoramento, o FOPEA registrou casos graves de ataques diretos a meios de comunicação nessa cidade, como dois ataques armados contra o meio de comunicação “Televisión Litoral”.

Além da polarização do discurso político e da crescente ameaça do crime organizado, a instrumentalização do sistema judiciário argentino para assediar jornalistas continua gerando preocupação. Em 2022, o FOPEA relatou 13 alertas por processos judiciais e duas detenções arbitrárias. Embora na Argentina os casos judiciais contra jornalistas passem pela via civil e não pela via penal, como acontece em outros países da região, a Justiça continua sendo manipulada para esgotar física, mental e financeiramente os jornalistas.

Gênero e Inclusão

Em 2022, o FOPEA relatou um alerta de gênero e reiterou sua preocupação com o assédio que jornalistas, especialmente as mulheres, sofrem nas redes sociais. Na Argentina, as mulheres jornalistas são as que mais sofrem violência on-line, incluindo principalmente acusações falsas, ameaças e insultos pessoais. Em seu “Guia de 100 boas práticas para a defesa de jornalistas”, o FOPEA (2022) já havia alertado que esses tipos de intimidação tendem a silenciar as vozes das mulheres jornalistas, a diminuir a liberdade de expressão e a contribuir para a desinformação. Em resposta, o FOPEA promove a criação e manutenção da figura do editor de gênero nos meios de comunicação como uma contribuição valiosa para as redações, que promove a diversidade e evita a perpetuação das desigualdades.

Conclusões e Recomendações

A Argentina continua permeada pela polarização extrema do discurso público. Isso também afeta o jornalismo, que acaba se tornando alvo de ataques. A situação é ainda mais preocupante considerando que 2023 é um ano eleitoral, período no qual a polarização política tende a aumentar o risco do exercício da atividade jornalística. Diante dessa conjuntura, a sociedade civil e a comunidade internacional devem exigir das autoridades argentinas que não continuem a estigmatizar a imprensa e trabalhem proativamente na prevenção de ataques e agressões a jornalistas. O governo argentino deve tomar medidas em conjunto com a sociedade civil e em conformidade com os padrões internacionais para proteger a imprensa contra a violência e as condições de insegurança e vulnerabilidade que caracterizam o exercício do jornalismo na Argentina, especialmente diante da consolidação da presença de estruturas ligadas ao crime organizado.

BOLÍVIA

Dados 2022

138 Alertas

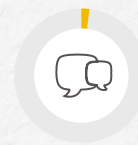
INDICADORES



2
Detenção Arbitrária



77
Agressões e ataques



3
Discurso estigmatizante



24
Processos cíveis e penais



12
Restrições ao acesso a informações




16
Uso abusivo do poder estatal



3
Marco jurídico contrário aos padrões



1
Restrições na Internet

1 Alerta de gênero 

VÍTIMAS

Mulheres

12



Homens

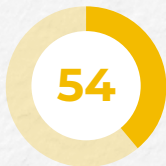
68



Não disponível

58

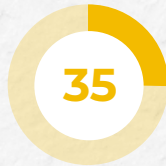
AGRESSORES



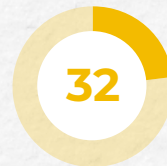
Estatal



Grupos à margem da lei



Não estatal



Não identificado



Paraestatal

Contexto e Tendências

Em 2022, a situação da liberdade de expressão e de imprensa na Bolívia foi marcada pela instabilidade e conflito político, econômico e social decorrente da onda de protestos que sacudiu a região de Santa Cruz no final do ano. Os protestos paralisaram o departamento por mais de um mês, mas depois de algumas tentativas fracassadas de diálogo, o governo central mobilizou forças policiais antimotim para repelir os manifestantes. Nesse contexto, a ANP reportou 77 agressões e ataques. No meio dos protestos, os jornalistas se tornaram alvos de ataques diretos e seletivos, especialmente por parte das forças policiais e grupos de choque ligados ao governo.

Além da violência direta no contexto dos protestos, na Bolívia em 2022 persistiram as medidas de assédio judicial e as pressões administrativas diretas e indiretas para amedrontar e silenciar os meios de comunicação e jornalistas. Na Bolívia, as autoridades regularmente hostilizam jornalistas para que revelem a fonte de suas notícias, particularmente em reportagens relacionadas à corrupção e abuso do poder estatal. A ANP registrou 24 processos judiciais e 16 instâncias de uso abusivo do poder do Estado.

Gênero e Inclusão

Em 2022, a ANP registrou ameaças de morte contra uma jornalista por seu papel na denúncia de feminicídios. Além disso, as mulheres jornalistas bolivianas lidam com ameaças específicas que restringem seu trabalho e as impactam desproporcionalmente no exercício de seu direito à liberdade de expressão: desigualdade no ambiente

de trabalho, comentários sexistas e misóginos e assédio sexual. Os problemas se agravam ainda mais quando há interseções de vulnerabilidade, como ser mulher, indígena, reportando de zonas rurais. Isso é particularmente relevante em um país predominantemente rural e multiétnico como a Bolívia.

Conclusões e Recomendações

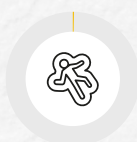
Diante dos atos de violência nas manifestações, o Estado deve tomar medidas para garantir o direito à manifestação pacífica e a proteção de jornalistas e meios de comunicação de acordo com os padrões internacionais. Isso requer instruir as forças policiais sobre como garantir a segurança de jornalistas e trabalhadores da imprensa em sua atividade diária, investigar e punir aqueles que exercem violência para censurar o exercício do jornalismo e garantir a reparação integral das vítimas. Outro passo fundamental para a Bolívia é acabar com a impunidade nos crimes contra jornalistas. Mais de um ano após sua ocorrência, o caso Las Londras – que envolveu o sequestro e tortura de um grupo de jornalistas em outubro de 2021 – continua impune. Para as três pessoas detidas em relação aos fatos foi concedida prisão domiciliar sem escolta durante o ano de 2022. A Justiça deve zelar pela Constituição, pelo cumprimento das leis e garantir a segurança dos cidadãos e, em particular, do trabalho informativo. Isso significa dar sinais tangíveis contra a impunidade. Finalmente, o Estado deve desistir de seus esforços para instrumentalizar o sistema de justiça. Deve anular as ações de promotores e juízes que tentam violar o segredo da fonte, que é indicado tanto no Artigo 107 da Constituição boliviana quanto na Lei de Imprensa.

BRASIL

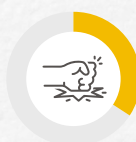
Dados 2022

791 Alertas

INDICADORES



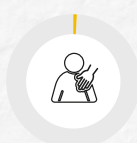
2
Assassinato



271
Agressões e ataques



460
Discurso estigmatizante



7
Violência sexual



15
Processos cíveis e penais



16
Restrições ao acesso à informação



4
Uso abusivo do poder estatal



16
Restrições na internet



VÍTIMAS

Mulheres

158



Homens

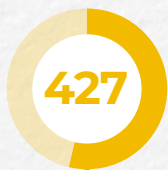
264



Não disponível

369

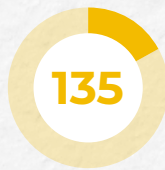
AGRESSORES



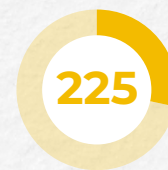
Estatal



Grupos à margem da lei



Não estatal



Não identificado

Contexto e Tendências

O ano de 2022 correspondeu às expectativas de ser outro ano difícil para a liberdade de imprensa no Brasil. No final do ano, ocorreram tensas eleições presidenciais que resultaram na derrota do governo de Jair Bolsonaro. Após a derrota eleitoral, e apesar de Bolsonaro ter deixado o poder, seus seguidores iniciaram uma onda de protestos que foram classificados como antidemocráticos. Durante estes, foram registrados inúmeros casos de agressões verbais, assédio, agressões físicas e destruição de equipamentos de jornalistas que cobriam esses eventos. No total, a Abraji relatou 460 alertas por discurso estigmatizante e 271 alertas por agressões e ataques durante o ano.

Em 2022, a violência contra a imprensa no Brasil também se manifestou tragicamente com o assassinato de dois jornalistas: Givanildo Oliveira, fundador e proprietário do Pirambu News, e o jornalista inglês Dom Phillips, que estava na Amazônia reportando sobre populações indígenas. Ambos os casos continuam impunes. Embora existam três pessoas sob custódia pelo caso do assassinato de Dom Phillips, seus familiares recentemente denunciaram atrasos “vergonhosos” (The Guardian, 2023) nos julgamentos, enquanto a Anistia Internacional Brasil denunciou a “negligência incrível” (Ibid) do aparato judicial.

Finalmente, embora os protagonistas estatais continuem sendo os principais agressores no Brasil, com 427 alertas, uma tendência extremamente preocupante é que os alertas registrados pela Abraji indicam também um papel importante de cidadãos comuns, com 135 alertas, especialmente seguidores de personalidades políticas, que, guiados pela polarização e discurso estigmatizante,

exercem atos de violência contra jornalistas e meios de comunicação. Essa tendência amplia o papel do cidadão na perseguição a jornalistas e representa um perigo imenso para o jornalismo independente e crítico no Brasil.

Gênero e Inclusão

Em 2022, a Abraji registrou 54 alertas de gênero, a maioria relacionada a agressões e ataques contra mulheres jornalistas nas redes sociais. Além de sua atividade jornalística, essas agressões atacam sua condição de gênero e têm conotações sexistas e/ou sexualizadas. Finalmente, a Abraji relatou sete casos relacionados a ameaças de estupro, assédio sexual e outros crimes sob o novo indicador de Voces del Sur correspondente à violência sexual.

Conclusões e Recomendações

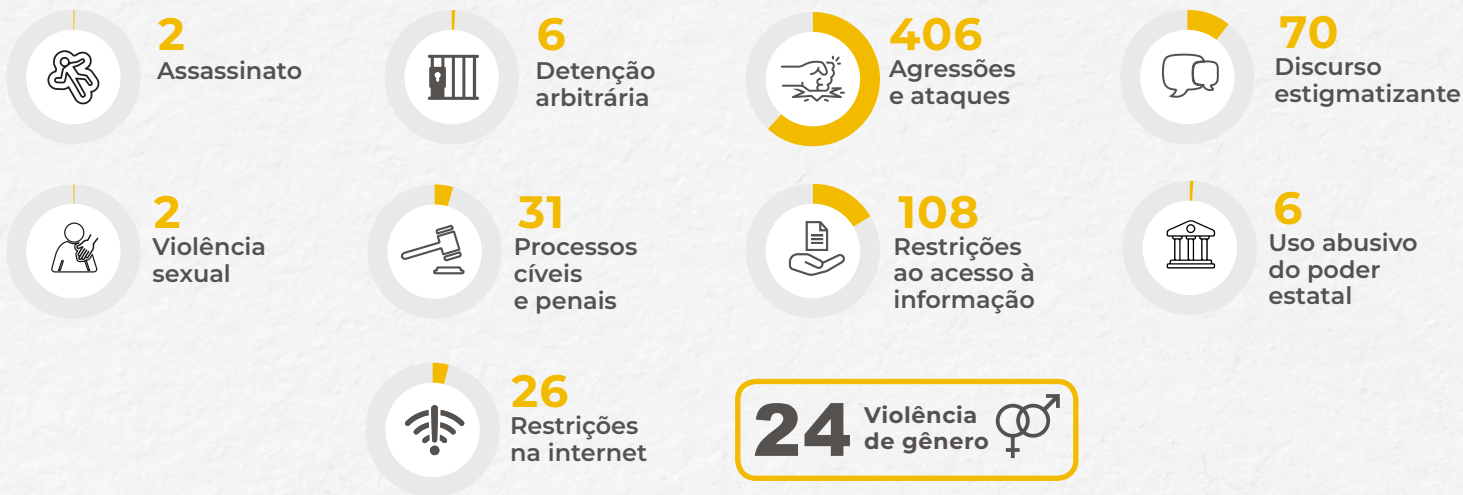
A redução da polarização política e a reconstrução democrática do Brasil devem ter prioridade na agenda do novo governo. Os anos do governo de Bolsonaro serviram para dismantelar instituições e descontinuar políticas públicas que protegem jornalistas e defensores da liberdade de expressão. Um grande desafio é estabelecer essas políticas e implementar novos marcos normativos e institucionais que possam ajudar jornalistas que estão no fogo cruzado da polarização política. A Abraji apontou que as agressões contra a imprensa não são um incidente pontual, mas sim uma tendência que pode continuar e aprofundar-se no futuro se não for reconstruída a institucionalidade democrática no país, que passa necessariamente por proteger e defender a imprensa.

COLÔMBIA

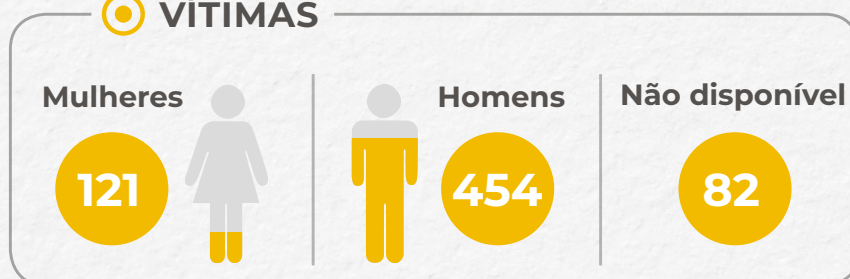
Dados 2022

657 Alertas

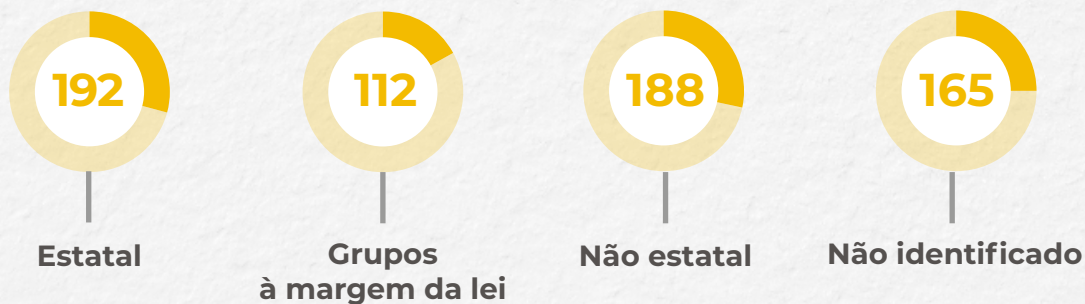
INDICADORES



VÍTIMAS



AGRESSORES



Contexto e Tendências

De acordo com a FLIP, 2022 foi um dos anos mais violentos para a imprensa colombiana durante a última década. O ano começou marcado pela violência na região de Arauca, fronteira com a Venezuela, com um confronto entre grupos armados que disputam o controle do território. Nos primeiros três meses do ano, foram registrados ataques e agressões, ameaças e intimidação à imprensa, provenientes principalmente de grupos armados, facções dissidentes das FARC, paramilitares e grupos criminosos que operam nessa região fronteiriça. Além disso, as crescentes tensões entre grupos armados e o governo nacional provocaram, em maio, um “bloqueio armado”, medida decretada pelo grupo criminoso “Clã do Golfo” em decorrência da captura de um de seus líderes. Como consequência, 15 meios de comunicação saíram do ar ante ameaças de represálias.

Em março e junho de 2022, meses eleitorais na Colômbia, as eleições propiciaram o aumento da violência contra a imprensa. Principalmente, houve um aumento do discurso estigmatizante por parte de candidatos e do próprio presidente eleito, Gustavo Petro, contra profissionais de mídia. Essa violência discursiva também se traduziu em reações violentas por parte de simpatizantes e seguidores políticos contra jornalistas e suas propriedades. Ao final do ano, a FLIP contabilizou 406 agressões e ataques e emitiu 70 alertas por discurso estigmatizante. Após o período eleitoral, houve uma diminuição da violência contra a imprensa, apenas para terminar tragicamente no final do ano. No último trimestre de 2022, foram relatados os assassinatos de dois jornalistas: Rafael Moreno e Wilder Córdoba. Ambos desempenhavam papéis importantes de liderança social e fiscalizavam a gestão pública.

Gênero e Inclusão

Em 2022, a FLIP relatou 24 alertas de gênero e dois alertas sob o novo indicador de violência sexual. As agressões de gênero identificadas também respondem à conjuntura. No meio da onda de violência em Arauca e durante o bloqueio armado, os grupos armados assediaram as mulheres jornalistas com especial ferocidade, apesar de serem poucas as jornalistas que cobrem o conflito armado, precisamente porque isso implica riscos adicionais para elas. A FLIP identificou que os padrões de ataques machistas e misóginos ocorrem principalmente em plataformas digitais, porque os agressores encontram um espaço muito íntimo para atacar as mulheres e há uma sensação de impunidade. Nesses espaços, costuma-se atacar a feminilidade, com ameaças de estupro e, muitas vezes, envolvem o âmbito familiar.

Conclusões e Recomendações

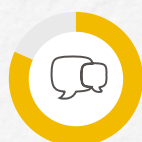
O aumento da estigmatização contra a imprensa por parte de setores políticos, juntamente com o recrudescimento da violência pelo conflito armado, fez de 2022 um dos períodos mais violentos contra a imprensa durante a última década na Colômbia. Atualmente, no país, estão sendo negociados acordos de paz entre o novo governo e grupos armados. Entre esses acordos, não se inclui o respeito à liberdade de expressão e à proteção e segurança dos jornalistas. A FLIP faz um apelo ao governo nacional, à sociedade civil e à comunidade internacional para que estratégias de proteção e planos focalizados sejam incluídos no diálogo nacional para garantir a segurança e proteção dos jornalistas, bem como o pleno respeito à liberdade de expressão e de imprensa. Além disso, a FLIP instou a Unidade Nacional de Proteção, instituição pública que existe desde 2000, a atualizar suas ferramentas e metodologias para reforçar ou implementar medidas que salvaguardem a vida e integridade de jornalistas, uma vez que o contexto do país e as dinâmicas do conflito armado mudaram desde sua criação.

COSTA RICA

Dados 2022

11 Alertas

INDICADORES



9
Discurso estigmatizante



1
Restrições ao acesso a informações



1
Uso abusivo do poder estatal

1

Alerta de gênero



VÍTIMAS

Mulheres

2



Homens

3



Não disponível

6

AGRESSORES



Estatal



Não estatal

Contexto e Tendências

A Costa Rica tem uma sólida trajetória democrática. A liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o acesso à informação têm sido pilares do processo de construção democrática no país. No entanto, o atual poder executivo – e, especificamente, o presidente Rodrigo Chaves – promove um perigoso discurso estigmatizante contra a imprensa baseado na desinformação. A situação alarmou organizações da sociedade civil costarriquenha que estavam acostumadas a contradições entre a imprensa e setores do poder político e econômico, mas que nunca tinham chegado aos níveis de hostilidade e agressividade do atual governo. A agressão do poder executivo à imprensa tem sido contínua e virulenta e a reação em cadeia que gerou nas redes sociais é extremamente preocupante. “Trolls” e pessoas afins ao discurso do presidente Chaves reproduzem e amplificam a desinformação e o discurso estigmatizante promovido a partir da Presidência, insultando e assediando jornalistas online.

Os resultados do monitoramento realizado pelo IPLEX mostram nove instâncias de discurso estigmatizante promovidos por representantes do governo contra jornalistas e meios de comunicação independentes do país. Além do discurso, o executivo costarriquenho já tentou realizar ações para cortar, por via administrativa, a principal fonte de renda do La Nación, um dos meios de comunicação mais importantes de Costa Rica e crítico à sua gestão. O governo de Chaves anunciou em 8 de julho o fechamento do centro de eventos “Parque Viva”, depois que o presidente executivo do Grupo Nación, Pedro Abreu, disse que as atividades econômicas desse centro de eventos, propriedade do mesmo Grupo, financiavam a operação jornalística do diário. O governo de Chaves defendeu o fechamento devido aos supostos riscos que as atividades no centro de eventos representavam devido ao colapso

viário que ocorre em seus arredores. No entanto, uma sentença da Sala Constitucional ordenou a anulação das medidas de fechamento do centro de eventos por considerá-lo um ataque indireto à liberdade de imprensa.

Gênero e Inclusão

A hostilidade discursiva em relação ao jornalismo costarriquenho não está isenta de comentários machistas e misóginos. Em 2022, o IPLEX relatou um alerta de gênero por discurso estigmatizante contra a repórter independente Lilliana Carranza, da Teletica, no qual usuários de redes sociais, além de criticarem seu trabalho jornalístico, atacaram sua condição de mulher com comentários machistas e misóginos.

Conclusões e Recomendações

A Costa Rica enfrenta um cenário de crescente preocupação com as garantias à liberdade de expressão e ao trabalho dos meios e jornalistas no país. Os resultados deste relatório devem servir como alerta e chamado à unidade do ecossistema de mídia e organizações comprometidas com a liberdade de expressão e de imprensa no país. O mais preocupante é o efeito que as atuais agressões discursivas e simbólicas podem ter no futuro. A experiência em países vizinhos indica que o discurso estigmatizante eventualmente se materializa em atos de violência física contra jornalistas e seus familiares. A situação da liberdade de expressão na Costa Rica evidencia a importância de implementar uma abordagem regional, proativa e interseccional para monitorar as violações à imprensa no país e articular esforços para educar sobre a estigmatização e seus efeitos na sociedade.

CUBA

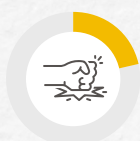
Dados 2022

508 Alertas

INDICADORES



211
Detenção
arbitrária



109
Agressões
e ataques



39
Uso abusivo
do poder
estatal



149
Restrições
na internet

VÍTIMAS

Mulheres

214



Homens

281



Não disponível

13

AGRESSORES



Estatal



Não identificado

Contexto e Tendências

Em 2022, Cuba apresentou uma diminuição na quantidade de violações registradas contra a liberdade de expressão em comparação com o ano anterior. No entanto, isso não se deve a uma melhoria nas condições para o exercício jornalístico na ilha, mas, sim, a uma redução nas atividades de comunicação. Em 2022, o ICLEP documentou 90 casos de comunicadores cubanos que optaram pelo exílio. Por sua vez, muitos outros deixaram de exercer sua atividade por autocensura, com medo de represálias, ou renunciaram publicamente à sua atividade por pressão direta e indireta da polícia política.

Novamente, as detenções arbitrárias têm sido o método mais utilizado pelo regime cubano para reprimir a imprensa, com 211 alertas reportados. Essas detenções muitas vezes são realizadas em nível domiciliar. Forças policiais e paramilitares postadas em frente às casas dos comunicadores impedem que saiam, sob ameaça de uso da força. As restrições no espaço digital foram o segundo indicador mais relatado pelo ICLEP em 2022, com 149 alertas registros. A ETECSA, o monopólio regulador das telecomunicações em Cuba, de forma seletiva, cortou ou retardou o acesso a chamadas, mensagens e conexão à internet para comunicadores independentes em datas importantes, com o objetivo de impedir seu trabalho jornalístico. Finalmente, em 2022 as instituições cubanas continuaram fechando o cerco contra os profissionais da imprensa por meio de legislação contrária aos padrões internacionais de liberdade de expressão. Em dezembro de 2022, entrou em vigor o novo Código Penal, que pune com penas de até dez anos de prisão aqueles que praticam com financiamento estrangeiro a liberdade de expressão e de imprensa dentro da ilha.

Gênero e Inclusão

Em 2022, o ICLEP não relatou nenhum alerta de gênero nem registrou casos sob o novo indicador de violência sexual. No entanto, podemos destacar os casos das jornalistas Yunia Figueredo e Camila Acosta, que relataram 18 e 16 detenções arbitrárias, respectivamente, convertendo Figueredo na jornalista mais atacada durante todo o ano, com 49 violações contra ela.

Conclusões e Recomendações

Em seu relatório anual, o ICLEP (2022) compara fazer jornalismo em Cuba com um caminho ao calvário. Aos jornalistas independentes na ilha restam poucas opções: quem não se autocensura acaba exilado ou atrás das grades. Desde 2021, três jornalistas cubanos estão presos: Lázaro Yuri Valle Roca, condenado a cinco anos de privação de liberdade pelos supostos crimes de “propaganda inimiga de caráter continuado e resistência”; o influenciador Yoandi Montiel, conhecido como “El Gato de Cuba”, sentenciado a dois anos de privação de liberdade pelo suposto crime de “desacato”; e o repórter José Antonio López Piña, que está em prisão domiciliar por relatar nas redes sociais as manifestações de 11 de julho. Além disso, o governo cubano planeja aprovar um novo projeto de Lei de Comunicação Social que mantém a criminalização dos meios de comunicação independentes e sustenta a ideia do objeto social da imprensa como porta-voz da ideologia do Partido Comunista. Esses fatos representam outra volta do parafuso no draconiano quadro jurídico cubano. A comunidade internacional deve continuar exigindo do regime cubano, como principal responsável pela institucionalização da repressão e criminalização da imprensa independente, a libertação dos jornalistas presos e a garantia do respeito e promoção das liberdades fundamentais em Cuba.

EQUADOR

Dados 2022

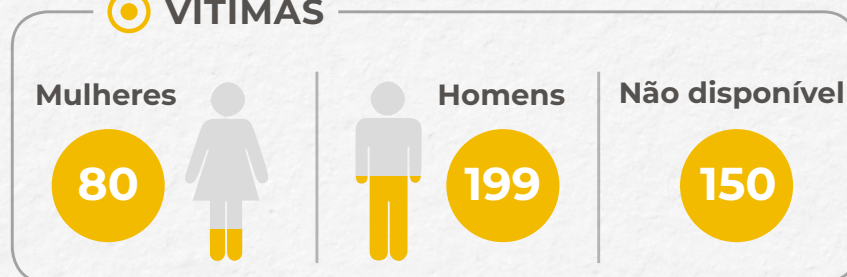
429 Alertas

INDICATORS



30 Alertas de gênero

VÍTIMAS



AGRESSORES



Contexto e Tendências

O ano de 2022 foi letal para o jornalismo equatoriano. Este ano, a FUNDAMEDIOS documentou o assassinato ainda impune de quatro jornalistas: Mike Cabrera, Gerardo Delgado e César Vivanco, o feminicídio de Johanna Guayguacundo e o desaparecimento de Fernando León. Esses assassinatos testemunham a violência letal contra a imprensa que se impôs no país. Além desses assassinatos, há atentados e ameaças de morte contra jornalistas e meios de comunicação. Em 7 de outubro, agressores em motocicletas dispararam contra a sede do canal de televisão RTS em Guayaquil, deixando também panfletos intimidatórios contendo ameaças de morte ao diretor de outro meio de comunicação da região, o Diarío Extra. Esses últimos fatos foram atribuídos à organização criminosa “Nueva Generación”. O aumento da violência contra jornalistas no Equador confirma uma tendência perigosa que se tornou comum em vários países da região: a penetração e consolidação de grupos do crime organizado.

Em 2022, a FUNDAMEDIOS contabilizou 429 violações à liberdade de expressão, a cifra mais alta desde a saída de Rafael Correa da presidência do Equador em 2018. A maior quantidade de agressões foi cometida por manifestantes durante a greve nacional no mês de junho. Durante os protestos, os jornalistas se tornaram alvos e, diante dessa realidade, muitos tiveram que se autocensurar e buscar novas formas de informar. Finalmente, a FUNDAMEDIOS observou uma tendência alarmante no estado de saúde mental de jornalistas no país. Investigações demonstram que o contexto pós-covid e os incrementos nos níveis de violência deixaram muitos trabalhadores dos meios de comunicação em risco de quadro depressivos, apresentando síndrome de burnout e estresse pós-traumático frequentes.

Gênero e Inclusão

Em 2022, a FUNDAMEDIOS começou a monitorar as agressões contra mulheres jornalistas no Equador. Nesse ano, destacam-se os casos das jornalistas Xiomara de la Torre e Cinthya Chanatasig, que foram agredidas sexualmente enquanto realizavam coberturas, e o feminicídio da jornalista Johanna Guayguacundo. Embora o feminicídio aparentemente não tenha relação com o exercício da profissão jornalística, a FUNDAMEDIOS considera fundamental visibilizar esse tipo de violência extrema contra mulheres jornalistas. Finalmente, a FUNDAMEDIOS também registrou 27 alertas de gênero, principalmente na forma de comentários machistas e misóginos.

Conclusões e Recomendações

Embora em abril de 2019 tenha sido assinado o acordo para a criação do Comitê Interinstitucional para a Proteção de Jornalistas e Trabalhadores da Comunicação, na prática a falta de liderança por parte do Ministério do Governo, a falta de coordenação entre as instituições envolvidas, bem como a falta de orçamento têm impedido a implementação da proposta. O desafio para o Equador em 2023 é a construção de um regulamento que permita a correta aplicação da norma. É importante continuar trabalhando em torno desta iniciativa e outros mecanismos de proteção aos jornalistas nesse contexto tão adverso. Os atuais níveis de violência no Equador são, sem dúvida, exacerbados por uma impunidade desenfreada. Até o momento, não houve avanços significativos nas investigações de nenhum dos crimes e tentativas de assassinato contra jornalistas no Equador em 2022. Continuam também na impunidade os assassinatos de outros oito jornalistas ocorridos em anos anteriores. Para começar a reverter estas tendências de violência contra a imprensa, é necessário, em primeiro lugar, acabar com a impunidade nos assassinatos de jornalistas.

EL SALVADOR

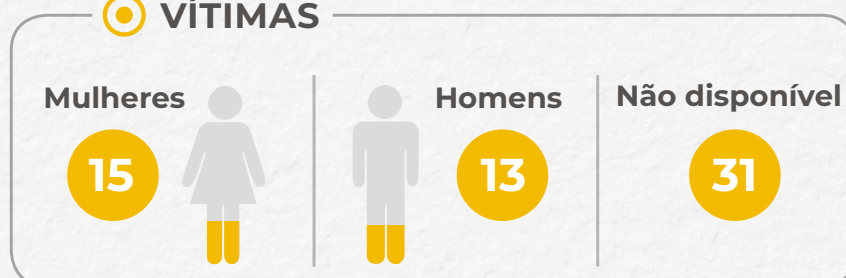
Dados 2022

59 Alerts

INDICADORES



VÍTIMAS



AGRESSORES



Contexto e Tendências

O ano de 2022 foi crítico para a imprensa salvadorenha. Em janeiro, uma investigação conjunta da Access Now e do Citizen Lab confirmou o uso em larga escala do programa espião Pegasus da NSO Group contra jornalistas e membros de organizações da sociedade civil em El Salvador. Especialistas técnicos da Anistia Internacional (2022) verificaram independentemente as provas forenses que mostram o uso abusivo do Pegasus no país. Até agora, pelo menos 23 dispositivos pertencentes a profissionais da mídia salvadorenhas foram infectados, indicando uma campanha organizada de espionagem ilícita direcionada a jornalistas e meios de comunicação. Embora o responsável pela espionagem digital não tenha sido claramente identificado até o momento, a NSO Group alegou em várias ocasiões que vende a tecnologia Pegasus apenas para governos.

Além disso, em março de 2022, a Assembleia Legislativa de El Salvador decretou um estado de exceção, argumentando que estava combatendo o aumento da violência e, especificamente, o aumento dos assassinatos cometidos por gangues e pelo crime organizado. No âmbito do estado de exceção, houve uma reforma da lei sobre grupos criminosos – Decreto N° 350 – que permite acusar os meios de comunicação que “reproduzam ou transmitam mensagens ou comunicados originados ou supostamente originados por grupos criminosos e que possam gerar agitação e pânico na população” (El Salvador, 2022). As penas por esses crimes podem chegar a quinze anos de prisão. Em decorrência dessa escalada na perseguição e assédio à imprensa, a APES registrou o exílio de 11 jornalistas que foram forçados a deixar o país por investigar temas relacionados a gangues e abusos cometidos pelas autoridades no regime de exceção. A APES também registrou 12 casos de agressões e ataques, 12 por discurso estigmatizante e seis por uso abusivo do poder estatal.

Gênero e Inclusão

Em 2022, a APES relatou dois alertas de gênero e, por meio de seu sistema de monitoramento, identificou que as mulheres jornalistas são vítimas de assédio por sua condição de gênero mais do que pelo exercício de sua profissão. Enquanto um jornalista homem pode ser atacado pela qualidade de seu trabalho ou por seu tratamento das fontes, as mulheres jornalistas são alvo de discursos de ódio com uma importante carga misógina que aludem à sua condição de mulher, ao seu aspecto físico e ao seu papel de maternidade. Isso demonstra a violência diferenciada à qual as mulheres jornalistas são submetidas que, além das violências contra jornalistas, lidam com ataques e agressões de caráter sexista e discriminatório.

Conclusões e Recomendações

Desde que o presidente Nayib Bukele assumiu o cargo em 2019, a situação de expressão no país vem se deteriorando em um ritmo acelerado. A APES e outras organizações da sociedade civil têm se mostrado preocupadas com a ausência de mecanismos de controle para regular e limitar os agentes do Estado. Elas também denunciaram o uso de ferramentas de vigilância que podem ser usadas com os poderes extraordinários que foram concedidos pelo regime de emergência e outras regulamentações que violam o direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa. As autoridades salvadorenhas devem interromper todos os esforços para restringir a liberdade de expressão e realizar uma investigação imparcial e exaustiva para identificar os responsáveis pelos ataques contra a imprensa.

GUATEMALA

Dados 2022

33 Alertas

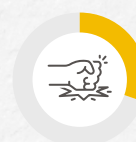
INDICADORES



1
Assassinato



2
Detenção
arbitrária



10
Agressões
e ataques



3
Discurso
estigmatizante



1
Violência
sexual



3
Processos
cíveis e
penais



2
Restrições
de acesso à
informação



11
Uso abusivo
do poder
estatal



VÍTIMAS

Mulheres

10



Homens

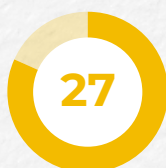
16



Não disponível

7

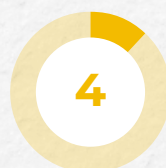
AGRESSORES



Estatal



Não estatal



Não identificado



Paraestatal

Contexto e Tendências

O ano de 2022 foi crítico para a liberdade de expressão e imprensa na Guatemala. Nesse ano, o DEMOS registrou 11 alertas por uso abusivo do poder estatal, dez alertas por agressões e ataques, três por processos judiciais e dois por detenções arbitrárias. Em 2022, ocorreu a prisão de José Rubén Zamora, fundador e presidente do meio de comunicação El Periódico, sob acusações de chantagem, tráfico de influência, lavagem de dinheiro e conspiração. Sua prisão implicou em uma pausa indefinida na circulação impressa do El Periódico, silenciando um espaço que fornecia informações importantes de interesse público. Além disso, sua captura envia mensagens que promovem a autocensura em outros meios de comunicação. Zamora, sua família e colegas denunciaram que o processo judicial é uma retaliação pela cobertura informativa do El Periódico sobre supostos atos de corrupção envolvendo o presidente guatemalteco Alejandro Giammattei e a procuradora-geral Consuelo Porras. Várias organizações internacionais de imprensa e de direitos humanos, como o Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ, 2022) e a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP, 2023), classificaram a prisão de José Rubén Zamora como um grave atentado contra a liberdade de expressão. O DEMOS também documentou o exílio do jornalista Juan Luis Font, diretor do meio de comunicação Con Criterio. No final de março de 2022, o ex-ministro das Comunicações, Alejandro Sinibaldi, declarou ao Ministério Público que Font havia recebido subornos. Font declarou que as autoridades não o notificaram formalmente de nenhum processo penal, mas decidiu deixar a Guatemala temporariamente para evitar ser alvo de assédio.

Gênero e Inclusão

Em 2022, o DEMOS relatou um alerta sob o novo indicador de violência sexual. Carolina Gamazo, do meio digital No-Ficción, foi vítima de assédio sexual constante por meio das redes sociais. Além disso, o DEMOS registrou 11 alertas de gênero. Em um dos casos mais destacados, a jornalista

Andrea Dominguez, membro do Prensa Libre e Guatevisión, sofreu ataques e deslegitimação por parte do diretor do Hospital Geral San Juan de Dios, Gerardo Hernández, por publicações que a jornalista fez sobre diferentes problemas que afligem o hospital. Da mesma forma, a jornalista Irma Alicia Velásquez foi atacada com referência à sua condição de mulher após criticar a gestão do procurador Rafael Curruchiche. O DEMOS também documentou denúncias públicas de assédio e mensagens de ódio nas redes sociais contra Pia Flores, Kimberly López, Francelia Solano e Jody García, do meio digital alternativo Nómada, hoje desintegrado. A Comissão de Liberdade de Imprensa da Associação de Jornalistas da Guatemala (APG 2022) também expressou sua preocupação com os constantes ataques a mulheres jornalistas e meios de comunicação, pretendendo silenciá-los e evitar críticas e denúncias de seu comportamento em relação às instituições do Estado.

Conclusões e Recomendações

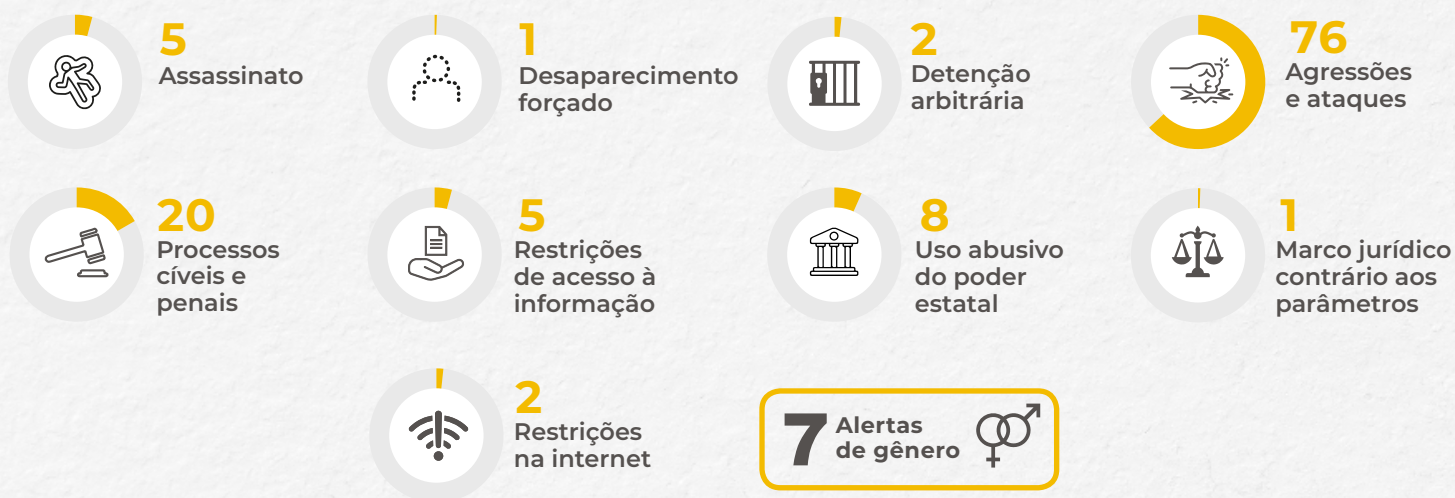
O governo do presidente Giammattei atualmente mantém ataques sistemáticos contra a liberdade de expressão por meio de uma agressiva perseguição judicial, administrativa e financeira à imprensa, com o objetivo de intimidar, sufocar e, em última instância, silenciar o jornalismo crítico. Antes de prender José Rubén Zamora, as autoridades fiscais haviam acusado o meio de comunicação de evasão fiscal. O jornal El Periodico também denunciou um boicote comercial através do qual o governo e o presidente ameaçaram influentes empresários, proibindo-os de anunciarem nesse meio de comunicação. O assédio judicial que levou ao exílio do jornalista José Luis Font é a evidência mais recente de que o governo guatemalteco está determinado a silenciar o jornalismo independente. Diante desse cenário, as autoridades guatemaltecas devem arquivar os processos criminais contra os jornalistas José Rubén Zamora e Juan Luis Font, permitindo-lhes trabalhar livremente e sem medo de represálias, e parar de usar processos criminais para hostilizar membros da imprensa em geral.

HONDURAS

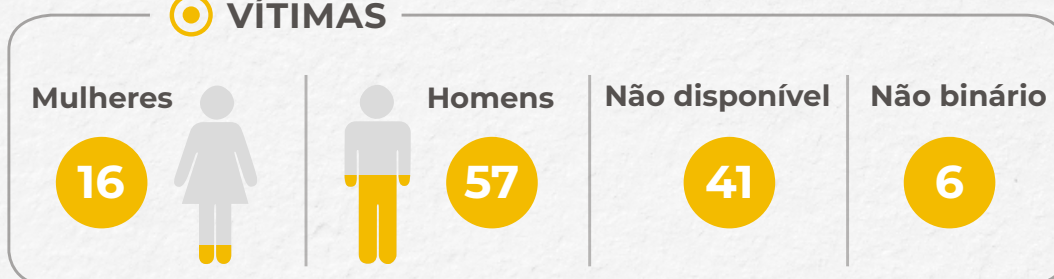
Dados 2022

120 Alertas

INDICADORES



VÍTIMAS



AGRESSORES



Contexto e Tendências

Em janeiro de 2022, Xiomara Castro assume a presidência de Honduras, rompendo com 12 anos de governo do Partido Nacional. Em sua posse, o novo governo anunciou a revogação da “Lei para a Classificação de Documentos Públicos Relacionados à Segurança e Defesa Nacional”, conhecida popularmente como a “Lei de Segredos Oficiais”, que constituía uma das ferramentas mais importantes dos governos anteriores para ocultar informações de interesse público. O novo governo também anunciou uma reforma do código penal com a intenção de descriminalizar os chamados crimes contra a honra. O discurso de respeito e promoção dos direitos humanos e da liberdade de expressão do novo governo despertou entusiasmo e expectativas entre diversos setores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Apesar das expectativas geradas pelo novo governo, a violência contra jornalistas e as violações à liberdade de expressão e de imprensa não cessaram. Em 2022, C-Libre relatou o assassinato de cinco jornalistas e comunicadores sociais e 76 agressões e ataques. Nesse sentido, as reformas normativas não se traduziram em um ambiente mais seguro para o exercício da liberdade de expressão.

Em 2022, os alertas se concentram principalmente em áreas do país onde há forte presença de organizações criminosas ligadas ao narcotráfico. Essa nova tendência gera um efeito de medo e autocensura. Outro desenvolvimento preocupante é o abuso do poder estatal. C-Libre denunciou que a recente criação da Direção Geral de Informação e Imprensa promove a concentração do discurso público em nível estatal, condiciona a pauta publicitária estatal, facilita a censura prévia e atribui responsabilidades além de sua competência à Comissão Nacional de Telecomunicações (CONATEL).

Gênero e Inclusão

Em 2022, C-Libre relatou sete alertas de gênero, todas relacionadas a agressões e ataques direcionados a fontes jornalísticas da comunidade LGTBIQIA+, que são agredidas ou limitadas em sua expressão em represália à informação ou declarações fornecidas a jornalistas ou meios de comunicação. Também destaca um caso de discurso estigmatizante e campanhas de descriminalização contra membros desta comunidade principalmente, através de canais digitais, utilizando comentários machistas, misóginos e homofóbicos.

Conclusões e Recomendações

O primeiro ano do governo de Xiomara Castro trouxe esperanças para diversos setores sociais. No entanto, essas esperanças não se materializaram em avanços significativos em matéria de liberdade de expressão e imprensa. Embora em 2022 tenha sido revogada a Lei de Segredos Oficiais, não foi estabelecido um mecanismo que garanta e promova o acesso à informação de interesse público em Honduras. A prometida reforma do Código Penal ainda não foi realizada e a violência contra jornalistas e as violações à liberdade de expressão e de imprensa mudaram de padrão, mas não foram interrompidas. É necessário que o novo governo de Honduras empreenda esforços para adequar o quadro normativo e institucional do país aos padrões internacionais de proteção e defesa da liberdade de expressão. Um componente essencial desse quadro é o fortalecimento do sistema nacional de proteção e seu mecanismo executivo. Esse sistema passou de ter seu próprio orçamento para depender do tesouro nacional, e sua direção e estrutura foram modificadas, reduzindo sua capacidade de ação e limitando sua independência. Finalmente, até o momento, não existe uma investigação sistemática sobre os casos dos jornalistas assassinados em 2022. É crucial que se façam esforços deliberados para encontrar os culpados materiais e intelectuais desses atos, buscando romper o ciclo de impunidade que perpetua a violência.

MÉXICO

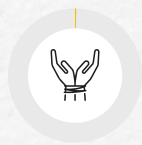
Dados 2022

696 Alertas

INDICADORES



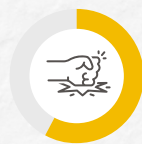
15
Assassinato



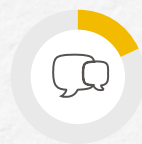
2
Sequestro



8
Detenção
arbitrária



404
Agressões
e ataques



107
Discurso
estigmatizante



68
Restrições
ao acesso à
informação



44
Uso abusivo
do poder
estatal



48
Restrições
na internet

34 Alertas de gênero 

VÍTIMAS

Mulheres

178



Homens

450



Não disponível

68

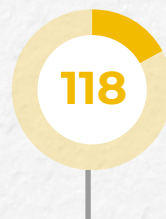
AGRESSORES



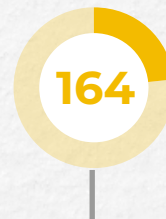
Estatal



Grupos à
margem da lei



Não estatal



Não identificado

Contexto e Tendências

2022 tem sido um dos anos mais letais para a imprensa mexicana desde que a Artigo 19 começou a documentar violações à liberdade de expressão e imprensa no país em 2007. Nesse ano, foram registrados 12 assassinatos de jornalistas relacionados diretamente com o exercício de suas atividades. Além disso, foram registrados três assassinatos de pessoal não editorial de meios de comunicação, elevando o número para 15 jornalistas e trabalhadores de mídia assassinados durante o ano. No total, a organização documentou 696 alertas no ano passado, o que significa que, no México, uma pessoa que é jornalista ou trabalhador de meio de comunicação é agredida a cada 13 horas.

Além disso, em 2022 a Artigo 19 relatou 107 casos de estigmatização contra a imprensa, o que só aumenta os riscos. Desde 2021, o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, conduz uma seção semanal em suas conferências matinais chamada “Quem é quem nas mentiras?”. Nessa seção, a presidência da República exibe artigos jornalísticos sobre temas de interesse público e os caracteriza como “notícias falsas”, ao mesmo tempo em que aproveita para estigmatizar a imprensa e organizações de direitos humanos.

Por fim, de acordo com a Artigo 19, no México a publicidade oficial tem sido tradicionalmente usada para controlar as linhas editoriais. Há dez meios de comunicação que monopolizam mais de 50% dos recursos totais atribuídos e, destes, três meios de comunicação – Televisa, La Jornada (Demos) e TV Azteca – concentram 30,6% do total de recursos da publicidade oficial. Em 2022, o Senado aprovou, por via rápida, uma reforma das leis que regulam o financiamento público aos meios de comunicação, mas ela não cumpre os padrões internacionais de liberdade de expressão, não resolve a questão da pouca transparência na atribuição de recursos nem a concentração de recursos e, muito menos, previne a instrumentalização da publicidade oficial como um mecanismo de controle sobre os meios de comunicação.

Gênero e Inclusão

Em 2022, a Artigo 19 reportou 34 alertas de gênero. Nesse ano, a organização observou uma tendência maior em contextos de protestos, nos quais as mulheres jornalistas relataram mais abusos do que os homens. Em relação à violência digital, cerca de 95% dos casos contra mulheres têm um fator de gênero ou conotação sexual. Além de viver com a violência típica que os homens sofrem, as mulheres têm que lidar com ameaças relacionadas ao seu gênero.

Conclusões e Recomendações

Embora o aumento da violência letal contra a imprensa no México seja atribuível em grande parte ao crime organizado, apontar apenas para esses grupos exime o Estado de suas responsabilidades em relação à segurança e proteção de jornalistas e à defesa da liberdade de expressão e imprensa. Também é preciso denunciar o papel do governo na estigmatização diária da imprensa e seu efeito no aumento de agressões e ataques, no enfraquecimento do Estado de Direito diante da corrupção e nos vínculos que muitas vezes se criam entre estruturas e instituições governamentais e o crime organizado para manter a impunidade. O robusto sistema de monitoramento implementado pela Artigo 19 foi capaz de identificar uma clara ligação entre a violência e as investigações realizadas pelas vítimas. As duas coberturas mais arriscadas para exercer jornalismo no México são as de corrupção e política, segurança e justiça. Esse fato evidencia a intenção de silenciar a imprensa, e a isso se soma à impunidade, que, nesses casos, é de 98%, superior à média nacional de impunidade em outros tipos de crimes. Diante desse contexto, a Artigo 19 faz um apelo às autoridades dos três níveis para implementar ações urgentes em matéria de prevenção, proteção e procuração de justiça diante de ataques cometidos contra a imprensa e tomar ações proativas por meio de políticas públicas abrangentes em matéria de liberdade de expressão com foco de gênero e interseccional.

NICARÁGUA

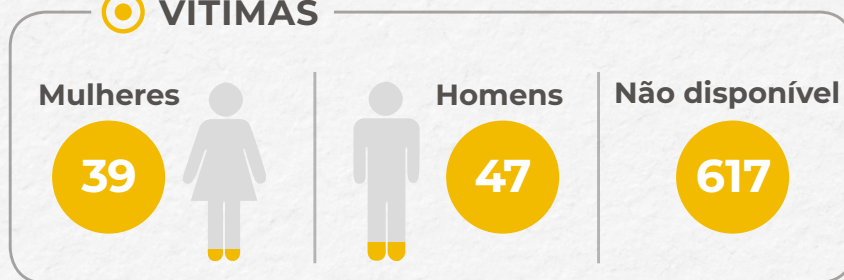
Dados 2022

703 Alertas

INDICADORES



VÍTIMAS



AGRESSORES



Contexto e Tendências

A situação da liberdade de expressão na Nicarágua é grave. Em 2022, nove jornalistas e trabalhadores de mídia foram condenados a penas de 8 a 13 anos de prisão por supostos crimes como lavagem de dinheiro, traição à pátria e divulgação de notícias falsas. Além disso, devido à perseguição, assédio e falta de espaços de trabalho, cerca de 93 jornalistas se exilaram em 2022. As nove pessoas que trabalham como jornalistas condenadas e outras pessoas ligadas aos meios de comunicação foram presas, exiladas e privadas de sua nacionalidade nicaraguense, juntamente com centenas de presos políticos, em fevereiro de 2023. Além disso, pelo menos outros quatro jornalistas nicaraguenses foram impedidos de entrar em seu próprio país por ordens da Direção Geral de Migração e Estrangeiros (DGME). O atual governo negou a cidadania a comunicadores que se opõem ao seu regime autoritário. Enquanto isso, os jornalistas que permanecem na Nicarágua têm “prisão domiciliar”, sendo impedidos de sair do país ou obrigados a fazê-lo de forma irregular. Vários jornalistas relataram a apreensão de seus passaportes ao tentar sair pelos postos migratórios e outros experimentaram a recusa das autoridades em renovar seus documentos vencidos ou emitir novos.

Além disso, em 2022 houve o fechamento em massa de meios independentes, principalmente os católicos e comunitários. A FLED contabilizou pelo menos 31 meios fechados durante 2022. Além disso, pelo menos oito programas informativos e de opinião foram cancelados em diferentes localidades do país. Com essas medidas, o governo Ortega-Murillo evoluiu de perseguir e assediar meios críticos para fechá-los completamente. Os meios tradicionais nacionais que ainda sobrevivem e continuam seu trabalho de reportagem foram ameaçados pelo Instituto Nicaraguense de Telecomunicações e Correios (TELCOR) para que deixassem de transmitir notícias políticas e denúncias de cidadãos, caso contrário seriam fechados imediatamente. No total, a FLED relatou 497 alertas por uso abusivo do poder estatal.

Gênero e Inclusão

Em 2022, a FLED relatou um alerta de gênero devido a ameaças de morte contra Wilmer Benavides, jornalista não binário. As ameaças sofridas continham mensagens de ódio em relação à sua orientação sexual. Além disso, entre os alertas sistematizados pela FLED, as duas jornalistas que registraram mais agressões foram Kalúa Salazar e Yahaciela Barrera, da costa caribenha sul, com 12 e oito casos de agressões, respectivamente. As agressões contra essas jornalistas mulheres se manifestaram principalmente na forma de assédio policial e paramilitar na casa de Kalúa Salazar e ameaças e assédio contra a jornalista Yahaciela Barrera. Ambos os casos são considerados retaliações por manter uma postura crítica em relação às autoridades.

Conclusões e Recomendações

Pelo menos quatro jornalistas nicaraguenses atualmente desfrutaram de medidas cautelares concedidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por considerarem que estão em uma situação grave e urgente de sofrer danos irreparáveis. No entanto, o governo da Nicarágua continua em desacato a essas medidas. É importante que as organizações da sociedade civil e a comunidade internacional reconheçam os pronunciamentos da CIDH e exortem o governo da Nicarágua a respeitar e cumprir suas obrigações de acordo com o marco jurídico internacional.

Finalmente, diante do fechamento de mídias e do perigo que representa exercer a profissão, vários jornalistas nicaraguenses que ainda permanecem no país optaram por se dedicar a outras atividades. Um reflexo disso é a drástica diminuição na matrícula de cursos universitários relacionados às ciências da comunicação, documentada pela FLED, tendência que indica o estado dessa profissão como uma de alto risco na Nicarágua. Essa situação deve motivar a comunidade internacional e a cooperação para o desenvolvimento a adotar medidas específicas e sensíveis à questão de gênero que contribuam para o desenvolvimento de meios e formação profissional de jornalistas nicaraguenses.

PARAGUAI

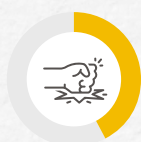
Dados 2022

26 Alertas

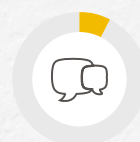
INDICADORES



1
Assassinato



11
Agressões
e ataques



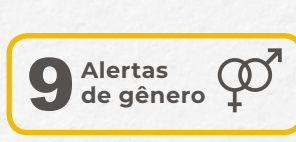
2
Discurso
estigmatizante



6
Violência
sexual



6
Processos
cíveis e
penais



9
Alertas
de gênero

VÍTIMAS

Mulheres

12



Homens

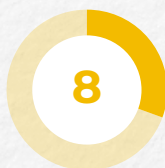
13



Não disponível

1

AGRESSORES



Estatal



Não estatal



Não identificado

Contexto e Tendências

Em 2022, o IDEA relatou o assassinato do jornalista Humberto Coronel, que investigava corrupção e crime organizado na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero. Coronel foi morto a tiros ao sair da rádio onde trabalhava. Meses antes, Coronel e seu colega Gustavo Báez haviam denunciado à polícia que haviam recebido ameaças. No entanto, por desconfiança em relação a essa instituição, eles haviam rejeitado a custódia policial em sua casa. O assassinato desse repórter está inserido na violência que essa região fronteiriça com o Brasil sofre, onde há uma forte presença do narcotráfico e de grupos do crime organizado.

Além disso, o IDEA registrou 11 alertas por agressões e ataques e documentou seis casos de instrumentalização da Justiça para tentar silenciar o jornalismo. O IDEA relatou um caso de perseguição judicial ao jornalista Juan Carlos Lezcano e à direção do meio em que trabalha, ABC Color, por difundir informações públicas sobre a ex-subsecretária de Estado da Tributação e assuntos relacionados à sua gestão pública. A organização denunciou a utilização de resoluções judiciais para amparar a censura de informações de interesse público e o uso do direito penal, ou as ameaças de seu uso, com o objetivo de intimidar.

Gênero e Inclusão

Em 2022, o IDEA registrou seis casos sob o novo indicador de violência sexual e emitiu nove 9 alertas de gênero. Nesse ano, o Ministério Público paraguaio acusou o jornalista Carlos Granada pelos crimes de assédio sexual, coerção sexual e coerção contra seis mulheres jornalistas. O Ministério Público indicou que o acusado se aproveitou de sua posição hierárquica e influência sobre as vítimas para cometer atos de assédio e abuso sexual contra mulheres jornalistas dos canais de televisão do grupo Albavisión, que reúne os meios de televisão SNT e C9N. As vítimas denunciaram que foram obrigadas a renunciar devido ao assédio permanente que sofriam por parte de seu então chefe, que agia com aparente impunidade e se aproveitava de seu poder e da cumplicidade dos diretores.

Conclusões e Recomendações

O trágico assassinato do jornalista Humberto Coronel gerou temor pela violência no Paraguai e particularmente no departamento de Amambay. Com a morte de Coronel, sobe para oito o número de trabalhadores da imprensa assassinados nessa região desde 1991, quando o repórter Santiago Leguizamón foi assassinado. O assassinato de Coronel reavivou o debate sobre a necessidade de uma lei de proteção aos jornalistas e de ferramentas de proteção para além da existente Mesa de Proteção, que funciona apenas como um mecanismo de articulação entre a sociedade civil e o governo. Fortalecer a Mesa de Proteção requer a criação de um mecanismo operacional que possa implementar ações reativas e preventivas que garantam a segurança e proteção dos jornalistas. É especialmente urgente que os mecanismos de proteção estabelecidos sejam sensíveis ao gênero, de forma a capturar a violência que as mulheres jornalistas experimentam tanto dentro das salas de redação quanto no âmbito digital.

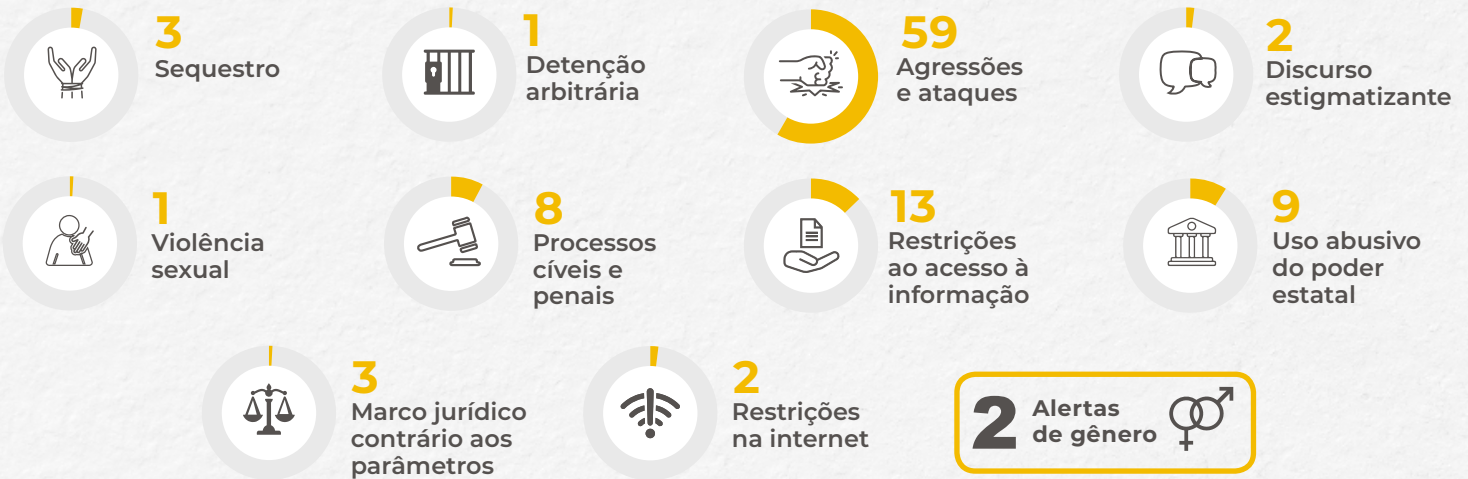
Por outro lado, o IDEA também considera essencial avançar no campo jurídico. Em primeiro lugar, no código penal paraguaio não existe a tipificação do agravante motivado pelo ativismo em direitos humanos ou trabalho jornalístico nos crimes cometidos. Sob o código penal atual, a investigação de um assassinato de um jornalista é tratada como um assassinato comum, o que vai contra os padrões internacionais que exigem a tipificação desses crimes, pois entende-se que o assassinato de um jornalista é um crime que até mesmo ameaça a institucionalidade democrática do país. A essa falha soma-se a prescrição da ação penal. Por disposição constitucional, no Paraguai, os assassinatos de políticos são imprescritíveis, e o IDEA acredita que deveria ser assim também para os assassinatos de jornalistas. Por fim, as disposições do código penal para difamação e calúnia devem ser revogadas quando se trata de casos de interesse público.

PERU

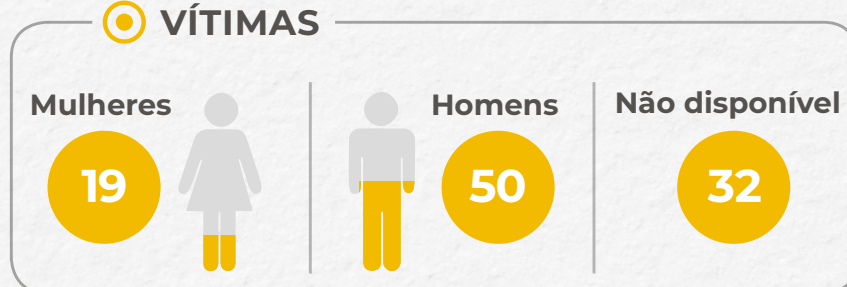
Dados 2022

101 Alertas

INDICADORES



VÍTIMAS



AGRESSORES



Contexto e Tendências

Desde o início do governo do presidente Pedro Castillo em julho de 2021 até sua abrupta saída do poder em dezembro de 2022, os meios de comunicação peruanos vinham denunciando atos de corrupção e falta de transparência na gestão pública. Em consequência disso, o governo de Castillo lançou uma intensa campanha contra o jornalismo independente e crítico. Desde o próprio presidente da república, passando pelo presidente do Conselho de Ministros e vários membros do gabinete ministerial, manteve-se um discurso de confrontação contra o jornalismo, promoveu-se iniciativas legislativas para penalizar a difusão de informações sobre investigações penais, ameaçou-se constantemente jornalistas com processos judiciais e sistematicamente o acesso a coberturas informativas foi obstruído, incluindo o impedimento da imprensa independente de participar das coletivas de imprensa oficiais.

Em 2022, o IPYS Peru reportou 13 alertas por restrições ao acesso à informação, nove por uso abusivo do poder estatal, oito por processos judiciais e três por normas contrárias aos padrões internacionais. Essa investida institucional por parte do governo peruano contra a imprensa rapidamente se traduziu em violência física direta por parte de seus simpatizantes, o que se materializou na documentação de 59 alertas por agressões e ataques. Um caso destacado foi o sequestro dos jornalistas Eduardo Quispe Palacios e Elmer Valdivieso em julho de 2022, após a publicação de uma reportagem sobre um caso de desvio de fundos que envolve a filha de Pedro Castillo. Ambos os jornalistas foram sequestrados por seguidores de Castillo e obrigados a pedir desculpas publicamente.

Gênero e Inclusão

Em 2022, o IPYS Peru reportou dois alertas de gênero. Em 7 de novembro de 2022, o presidente do Conselho de Ministros, Aníbal Torres, proferiu ataques misóginos contra a jornalista Sol Carreño, chamando-a de “mãe ruim”, “esposa ruim” e “filha ruim” depois que ela apresentou uma reportagem sobre as más condições das vias públicas em uma região do sul do país. Ele também afirmou que a jornalista estaria “deformando” seus filhos. O discurso estigmatizante e machista do primeiro-ministro constitui uma agressão de gênero por se referir à sua condição de mulher e envolver diretamente a sua família, algo que não acontece nos ataques dirigidos a jornalistas homens. Com essa agressão, o próprio primeiro-ministro lançou um exemplo clássico do tipo de violência diferenciada que as mulheres jornalistas enfrentam em retaliação por exercerem sua função crítica de jornalismo.

Conclusões e Recomendações

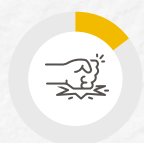
Após a prisão de Castillo, a situação política no Peru continua travada, enquanto as manifestações e os confrontos entre manifestantes e as forças governamentais persistem. Em meio a esse cenário de instabilidade, a imprensa independente também se tornou vítima de agressões da polícia nacional. Nos primeiros 60 dias de protesto, foram registradas 112 agressões contra jornalistas e profissionais de mídia, a maioria proveniente do próprio corpo policial. O contexto tem sido de violência e impedimento da cobertura, com agentes da ordem obstruindo câmeras e casos em que jornalistas foram alvejados com tiros de balas de borracha à queima-roupa. Em primeiro lugar, tanto a polícia como os manifestantes devem cessar seus ataques à imprensa, sejam ataques físicos ou discurso estigmatizante, já que este último propicia o surgimento de violência direta. Em segundo lugar, diante do contexto atual, é evidente e urgente a necessidade de desenvolver um mecanismo de proteção para jornalistas e defensores dos direitos humanos no Peru.

URUGUAI

Dados 2022

54 Alertas

INDICADORES



8
Agressões e ataques



19
Discurso estigmatizante



11
Processos cíveis e penais



7
Restrições ao acesso à informação




2
Uso abusivo do poder estatal



1
Marcos jurídicos contrários aos parâmetros



6
Restrições na internet

3 Alertas de gênero 

VÍTIMAS

Mulheres

6



Homens

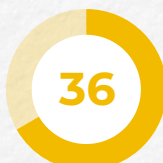
18



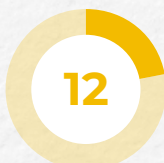
Não disponível

30

AGRESSORES



Estatal



Não estatal



Não identificado

Contexto e Tendências

Em 2022, o CAinfo apresentou um relatório contundente que mostra a deterioração persistente e sistemática da liberdade de expressão no Uruguai. O relatório do CAinfo gerou uma forte reação por parte do governo de Luis Lacalle Pou, que, em entrevista transmitida pela cadeia britânica BBC (2022), acusou a organização de manipular os números. No entanto, várias organizações internacionais concordaram com o CAinfo ao expressar sua preocupação com a situação da liberdade de expressão e imprensa no Uruguai. Em 2022, o Uruguai caiu da posição 18 para a 44 no ranking da Repórteres sem Fronteiras (RSF 2022) sobre liberdade de imprensa. Além disso, o país saiu do top 10 de países com melhores pontuações no Relatório Global de Expressão (A19, 2022) publicado pela Artigo 19. Finalmente, tanto a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (RELE, 2022) da CIDH quanto o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas (CCPR, 2022) emitiram documentos expressando sua preocupação com os desafios à liberdade de expressão no Uruguai. As atitudes hostis do governo uruguaio em relação à imprensa se manifestaram na documentação de 19 alertas por discurso estigmatizante, 11 casos judiciais contra meios de comunicação e jornalistas, sete restrições ao acesso à informação e seis restrições na Internet, gerando um clima de descrédito em relação ao trabalho jornalístico com a consequente deterioração da institucionalidade democrática do país.

Gênero e Inclusão

A cobertura jornalística do estupro coletivo sofrido por uma mulher em Montevideu colocou no centro do debate público a relação entre igualdade de gênero e liberdade de expressão no Uruguai. Esse caso delicado constitui um ponto de partida para a discussão sobre o direito à liberdade de expressão e a melhoria das práticas jornalísticas com foco em gênero. A publicação da notícia em diferentes meios de comunicação causou grande controvérsia por ignorar princípios éticos da profissão jornalística e a suposta violação do artigo 92 da lei de violência de gênero ao divulgar áudios sem a autorização da

vítima. No entanto, as medidas judiciais tomadas afetam a liberdade de expressão e estabelecem um perigoso precedente que pode gerar um efeito inibitório em todo o coletivo. As medidas solicitadas pelo Ministério Público e aceitas pelo tribunal implicam acessar dispositivos móveis e equipamentos de informática de jornalistas. Essa ordem é desproporcional e implica um risco para as fontes de jornalistas. Esse episódio pode, além disso, inibir qualquer potencial fonte que no futuro esteja em condições de fornecer informações em casos de interesse público, diante do risco de que sua identidade seja revelada. O incidente empobrece o debate democrático e afeta o direito à informação pública de toda a população.

Conclusões e Recomendações

O ano de 2022 tem sido um divisor de águas para a liberdade de expressão no Uruguai, pois rompe definitivamente com a imagem que o país vinha cultivando em anos anteriores como exemplo para o restante da região em matéria de liberdade de expressão. Este ano termina por evidenciar o que o CAinfo e outras organizações da sociedade civil uruguaia vinham apontando há alguns anos, mesmo diante da incredulidade da comunidade internacional.

O caso da cobertura jornalística do estupro coletivo sofrido por uma mulher em Montevideu, que originou a determinação judicial de acesso a dispositivos móveis e equipamentos de informática de jornalistas, apresenta complexidades. Embora o CAinfo reconheça que houve uma má prática que viola princípios éticos do jornalismo, a medida judicial é desproporcional, afeta a liberdade de expressão e estabelece um precedente negativo que pode afetar o exercício da profissão jornalística. É fundamental que as medidas tomadas diante desse tipo de má prática aprofundem o compromisso do Estado nas garantias de uma imprensa livre e independente e na melhoria das práticas jornalísticas, especialmente na cobertura com foco em gênero. Essas medidas não podem ser tomadas com o objetivo de intimidar a imprensa e perseguir as fontes.

VENEZUELA

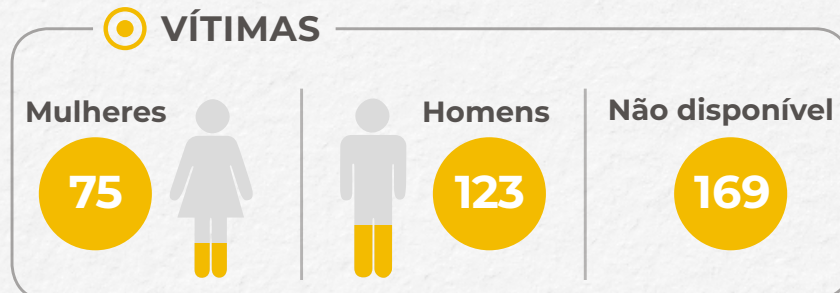
Dados 2022

367 Alertas

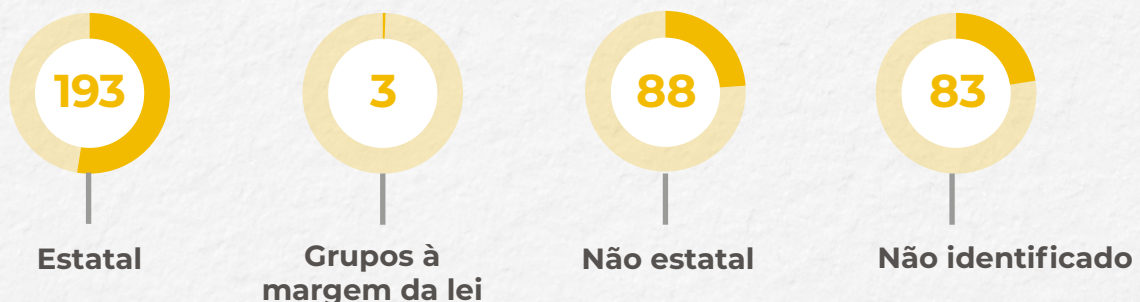
INDICADORES



VÍTIMAS



AGRESSORES



Contexto e Tendências

Na Venezuela, foi estabelecida uma política de censura, intimidação e abuso de poder estatal que afetou severamente o jornalismo. Nas últimas duas décadas, a legislação venezuelana em matéria de liberdade de expressão e acesso à informação pública, que deveria regulamentar e garantir os direitos informativos no país, foi redesenhada para institucionalizar a censura. Em “Leis para Silenciar”, um relatório do IPYS Venezuela (2022), é exposto que as normas promulgadas durante os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro estabelecem limitações excessivas com efeito intimidatório, sanções penais desproporcionais e terminologias vagas que resultam em interpretações discricionárias. Como resultado desse quadro normativo e institucional repressivo, em 2022 o IPYS Venezuela registrou 149 alertas por uso abusivo do poder estatal e o fechamento arbitrário de 107 estações de rádio. Em áreas da Venezuela onde a única mídia acessível é o rádio, esses fechamentos deixaram desertos informativos onde predomina o medo de gerar opinião pública e onde não existe fiscalização do poder estatal pelos meios de comunicação.

A censura e a autocensura impostas pelo governo venezuelano não se limitam ao espectro radiofônico. Em 2022, o IPYS relatou 27 alertas de restrições na internet. Nesse ano, a empresa espanhola Movistar Telefónica, um dos maiores provedores de serviços de internet na Venezuela, revelou em seu relatório de transparência apresentado na Espanha a preocupante frequência com que o Estado venezuelano fez solicitações de informações de seus usuários, incluindo dados pessoais, registros de comunicações e localizações. As investigações do IPYS também mostram que o governo venezuelano tenta controlar regularmente a navegação na internet no país e impor a censura digital a partir do Poder Executivo, e por meio da Conatel, ordenando bloqueios arbitrários a sites e redes sociais.

Gênero e Inclusão

No caso de Nilsa Varela, do El Vistazo, foram relatadas mensagens misóginas, algumas até mesmo

vindas de funcionários de prefeituras. Além disso, em um dos casos de violações contra Roberto Deniz, do meio digital Armando Info, que tem sido alvo de campanhas de discurso estigmatizante por seu trabalho sobre corrupção governamental, foram identificados comentários sobre sua orientação sexual nas redes sociais. Além disso, a investigação “A Orquestração do Silêncio” do IPYS Venezuela revelou que 19,9% dos trabalhadores da imprensa relataram ter sofrido algum tipo de violência baseada em gênero.

Conclusões e Recomendações

O panorama no início de 2023 indica que a política de censura, intimidação e abuso do poder estatal que tem predominado na Venezuela nas últimas duas décadas continua se institucionalizando. Atualmente, há um projeto de “Lei de Fiscalização, Regularização, Atuação e Financiamento de Organizações Não Governamentais e Afins” pendente no ambiente de mídia e organizações da sociedade civil. Se aprovada, essa lei terá um impacto direto nas organizações que se especializam na proteção de jornalistas e nos meios de comunicação que recebem financiamento externo. O processo em curso de aprovação do projeto de lei deve ser descartado, incentivando, pelo contrário, o reconhecimento e a facilitação do direito à livre constituição, funcionamento, atuação e formalização de personalidade jurídica de todas as formas de associação sem fins lucrativos, de acordo com os padrões internacionais do direito à liberdade de associação.

Além disso, 2022 foi o cenário de um fato emblemático: a expropriação e adjudicação da sede do jornal El Nacional a Diosdado Cabello, deputado da Assembleia Nacional da Venezuela e vice-presidente do Partido Socialista Unido da Venezuela. Esse fato evidenciou a falta de independência entre os poderes do Estado e como o poder judiciário pode ser usado para perseguir meios de comunicação. Na Venezuela, é imperativo manter a denúncia de violações à liberdade de expressão e exigir a restituição dos meios confiscados.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante do aumento da violência contra a imprensa na região, as organizações da sociedade civil que compõem a Rede VDS já apontaram diversas rotas para enfrentar esses desafios:

1. A sociedade civil deve continuar fiscalizando as autoridades e instituições públicas para combater a impunidade.

Na América Latina, os Estados estão falhando no cumprimento de responsabilidades como garantir a segurança e proteção de jornalistas e salvaguardar as liberdades de imprensa, de expressão e acesso à informação. Perversamente, as autoridades e instituições públicas perpetram a maioria dos ataques à imprensa na região. Diante da ausência de justiça, o trabalho de monitoramento, documentação e divulgação realizado pela sociedade civil é uma alternativa contra a impunidade; contribui para estabelecer a verdade e promove a memória por meio de bases de evidência que poderiam ser valiosas em futuros processos na Justiça. Isso requer fortalecer as instituições para avançar em investigações robustas e independentes que enfrentem efetivamente os crimes contra a liberdade de expressão. As forças policiais e as instituições judiciais devem ser instruídas sobre como garantir a segurança de jornalistas e trabalhadores da imprensa em suas tarefas diárias. Também é necessário investigar e sancionar aqueles que exercem violência para censurar o trabalho do jornalismo e garantir a reparação integral das vítimas.

2. A ameaça crescente e devastadora do crime organizado deve ser abordada de forma integral e intersetorial.

Os setores público e privado devem trabalhar em conjunto com a sociedade civil para mitigar a

violência do crime organizado contra a imprensa na região. O enfraquecimento do Estado de Direito diante da corrupção e os vínculos entre autoridades e o crime organizado são garantias de impunidade e colocam em grave perigo quem exerce o jornalismo.

3. É necessário um conjunto de alianças e estratégias para combater o discurso estigmatizante contra a imprensa.

Em várias instâncias, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos tem reiterado que as pessoas em posições de liderança pública devem manter um discurso favorável à liberdade de expressão, garantindo que, com suas declarações, não estejam violando os direitos daqueles que contribuem para o debate por meio da expressão e difusão de seus pensamentos, como jornalistas e meios de comunicação. A evidência indica o contrário: os atores no poder são os primeiros a estigmatizar a imprensa. É essencial uma ampla aliança, começando pelos meios de comunicação que fazem jornalismo de interesse público e suas comunidades, e incluindo a sociedade civil, bem como potenciais aliados dentro dos setores público e privado. Fortalecer a mídia e quem trabalha como jornalista, capacitar as audiências e mobilizar alianças com atores-chave pode servir como uma espécie de vacina contra a estigmatização. Em particular, os funcionários públicos devem ser instados a cessar os ataques machistas e as desqualificações pessoais contra as mulheres jornalistas que cumprem sua função de informar e denunciar. Garantir um amplo reconhecimento do papel do jornalismo como pilar da democracia e do desenvolvimento sustentável é imperativo.

4. O poder estatal e as instituições públicas não devem ser instrumentos para silenciar, mas sim baluartes das liberdades.

A descriminalização dos chamados “crimes contra a honra”, como a difamação e a calúnia, é apenas um primeiro passo para garantir o pleno gozo da liberdade de imprensa. Os processos cíveis e administrativos ainda são utilizados para impor custos financeiros, emocionais e de reputação que buscam sufocar e silenciar a imprensa crítica. Todos os poderes do Estado e as instituições públicas, desde o local ao regional, devem cumprir seu mandato como garantidores das liberdades de expressão, de imprensa e acesso à informação. A criação de normas não é suficiente para que os jornalistas possam exercer sua profissão de forma segura. Devem ser criadas instituições que se ocupem do cumprimento dessas normas, bem como um ambiente para que essas normas possam ser implementadas na prática, e são necessárias sanções para aqueles que tentam restringir ou violar esses direitos. Essas garantias são especialmente necessárias para as mídias menores, especialmente os veículos locais e dirigidos por mulheres jornalistas, jornalistas pertencentes à diversidade sexual e jornalistas indígenas e afrodescendentes.

5. É necessário fortalecer abordagens e mecanismos para a proteção de jornalistas e a viabilidade do jornalismo de interesse público.

Apesar dos avanços na garantia dos direitos de jornalistas, os mecanismos de proteção ainda apresentam problemas em seu funcionamento.

Atualmente, são insuficientes para proteger jornalistas das ameaças que enfrentam. É necessário fortalecê-los nos países onde existem e implementá-los nos países que ainda não possuem esses programas. Os Estados devem fornecer recursos materiais e profissionais para que possam funcionar com eficiência. Devem também ser acompanhados por políticas públicas integrais que contemplem a prevenção e a coordenação com outras instâncias. As experiências desses programas em nível regional devem servir para contribuir com a construção de mecanismos de proteção mais eficientes na prevenção, proteção e busca de justiça em violações à liberdade de expressão e imprensa. Devido à quantidade de violência diferenciada de gênero, é fundamental que os mecanismos de proteção tenham uma perspectiva de gênero e inclusão. Sem esses elementos, as instâncias governamentais continuarão sendo ineficientes na proteção das vidas de jornalistas na região. Também é imperativo estabelecer estratégias de prevenção, como a autoproteção, fomentando habilidades e ferramentas para ajudar jornalistas a se protegerem digital, emocional, física e juridicamente. Embora não resolva todos os problemas, ajuda a mitigar os riscos. A viabilidade do jornalismo de interesse público é um desafio complexo e deve ser posicionado como uma prioridade nas agendas de cooperação internacional para o desenvolvimento, filantropia privada e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

A19 (2022): “The Global Expression Report 2022: The intensifying battle for narrative control” <https://www.article19.org/wp-content/uploads/2022/06/A19-GxR-Report-22.pdf>

Amnistía Internacional (2022): “El Salvador: Amnistía Internacional verifica el uso del programa espía Pegasus para la vigilancia de periodistas.” <https://www.es.amnesty.org/en-que-estamos/noticias/noticia/articulo/el-salvador-amnistia-internacional-verifica-el-uso-del-programa-espia-pegasus-para-la-vigilancia-de-periodistas/>

APG (2022): “APG condena “ataques” de director del Hospital San Juan de Dios contra reportera que informa sobre crisis hospitalaria” https://www.prensalibre.com/guatemala/comunitario/apg-condena-ataques-de-director-del-hospital-san-juan-de-dios-contra-reportera-que-informa-sobre-crisis-hospitalaria/?utm_term=Autofeed&utm_medium=SocialEcho&utm_source=Twitter#Echobox=1649392934

BBC (2022): “Luis Lacalle Pou, presidente de Uruguay en entrevista con la BBC: ‘No creo en que los Estados cultiven y vendan marihuana. Cometimos un error’” <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-61598965>

CAinfo (2022): “8º Informe periodismo y libertad de expresión en uruguay” <http://www.cainfo.org.uy/sitio/wp-content/uploads/2022/04/CAINFO-INFORME-FINAL-2022.pdf>

CCPR (2022): “Comité de DDHH de ONU manifestó preocupación por deterioro de libertad de expresión en Uruguay” <http://cainfo.org.uy/sitio/comite-de-ddhh-de-onu-manifesto-preocupacion-por-deterioro-de-libertad-de-expresion-en-uruguay/>

CPJ (2022): “El periodista guatemalteco José Rubén Zamora es acusado de delitos financieros y continuará en prisión preventiva”. <https://cpj.org/es/2022/08/el-periodista-guatemalteco-jose-ruben-zamora-es-acusado-de-delitos-financieros-y-continuara-en-prision-preventiva>

El Salvador (2022): Decreto No. 350 D.O. N°69, Tomo N°435. Fecha: 5 de abril de 2022. <https://www.asamblea.gob.sv/sites/default/files/documents/decretos/A79FF372-D786-4E56-84DC-A6475EB2B294.pdf>

FOPEA (2022): “#100 buenas prácticas para la defensa de periodistas: iniciativas institucionales, jurídicas, reputacionales y de ciberseguridad”. <https://100defensasparaperiodistas.fopea.org/>

The Guardian (2023): “Families of Dom Phillips and Bruno Pereira decry ‘shameful’ trial delays” <https://www.theguardian.com/world/2023/mar/23/dom-phillips-bruno-pereira-trial-delays>

ICLEP (2022): “Balance parcial 2022: Hechos violatorios a la libertad de prensa” https://iclep.org/media/upload/balances_parciales/2023/ICLEP_BALANCE_PARCIAL_2022_GYRShn8.pdf

IPYS Venezuela (2021): “La Orquestación del Silencio”. Estudio de Libertades Informativas 2021. <https://ipysvenezuela.org/wp-content/uploads/2022/04/Orquestacion-Del-Silencio-1.pdf>

RELE (2022): “CIDH señala desafíos para la libertad de expresión en Uruguay” <https://cainfo.org.uy/sitio/cidh-senala-desafios-para-la-libertad-de-expresion-en-uruguay/>

RSF (2022): “Uruguay” <https://rsf.org/es/pais/uruguay>

SIP (2023): “La SIP insiste al presidente de Guatemala debido proceso en caso de José Rubén Zamora” <https://www.sipiapa.org/notas/1215693-la-sip-insiste-al-presidente-guatemala-debido-proceso-caso-jose-ruben-zamora>



**RELATÓRIO
SOMBRA SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO
DO ODS 16.10.1 NA
AMÉRICA LATINA**

2022